

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Dezembro de 2008 - N°21



entrevista

"Rediscutir a CERT", propõe Dalmo Dallari

Sistema atual
gera arbitrariedade
e insegurança

Comissão deve
respeitar os
departamentos

Modismo
supervaloriza
pesquisa e
despreza aulas



A CAMINHO DO IV CONGRESSO DA USP

Bresser x Chauí



Mostra do Redescobrimento

6

500 anos, comemorações ou celebrações?
Ana Mae Barbosa

Universidade em debate

11

A USP na hora da verdade
José Marcelino de Rezende Pinto

15

Fundações de apoio e financiamento público na USP
Guilherme Ary Plonski

20

Motivos de sobra para repelir o ajuste liberal
Luiz Carlos Gonçalves Lucas

25

Entrevista
Dalmo Dallari

37

IV Congresso da USP
Universidade, visões antagônicas

39

Reforma institucional, competitividade e autonomia financeira
Bresser Pereira

48

Resistir às determinações do mercado, em busca da autonomia do saber
Marilena Chauí

Brasil

55

Sobre a prisão de Benedito, Edmar, Elvis, Odair, Rosalino e Valquimar
José Moura Gonçalves Filho

63

Qual foi a vitória da oposição na última eleição do milênio?
Américo Sansigolo Kerr e Marcos Nascimento Magalhães

DIRETORIA

Marcos Nascimento Magalhães, Márcia Regina Car, Francisco Miraglia Netto,
Norberto Luiz Guarinello, Suzana Salém Vasconcelos, Lighia B. Horodynski-Matsushigue,
Flávio Finardi Filho, Marcos Sorrentino, João Alberto Negrão, Clarice Sumi Kawasaki

Comissão Editorial

Adilson Odair Citelli, Amilton Sinatora, Ciro Teixeira Correia, Flávio Wolff Aguiar,
Jair Borin, Luiz Menna-Barreto, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Renato Queiroz

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Antônio Biondi

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Capa: Luís Ricardo Câmara

Ilustração da capa: Ohi

Caricaturas da capa: Maringoni

Foto da capa: Daniel Garcia

Ilustrações: Ohi e Maringoni

Fotolitos: Bureau OESP

Impressão: Gráfica Chesterman

Tiragem: 6 000 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3818-4465/3818-4466

Fax: (011) 3814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas, desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

CERT e fundações na berlinda

O jurista Dalmo Dallari, professor da Faculdade de Direito, é um homem de 69 anos conhecido por sua ponderação. Suas palavras sobre a CERT, na entrevista que publicamos nesta edição, devem portanto servir de alerta a todos os que se preocupam com a sorte da USP. Aquela comissão, disse ele, tornou-se “quase que um sistema à parte”, e a inexistência de critérios claros a leva a tomar decisões arbitrárias que envolvem a vida de docentes, departamentos e unidades. É preciso, enfatizou, rediscutir tudo que diga respeito à CERT.

Com esta e outras matérias, aprofundamos nesta edição o debate sobre a USP (e a Universidade brasileira em geral). A par da defesa intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade e da autonomia do saber, um traço une diversos textos: a referência às fundações de direito privado existentes no interior da Universidade.

O professor José Marcelino, da FFCL-RP, ao comentar a proposta da Reitoria de estabelecer premiações por desempenho, hoje aparentemente relegada a segundo plano, sugere um nexo em geral despercebido entre as fundações e a CERT, pois esta última deveria preocupar-se, antes de tudo, com a demasiada “flexibilização” do RDIDP induzida por aquelas.

Também o professor Luiz Gonçalves Lucas, da Universidade Federal de Pelotas e diretor da Andes, trata das fundações ao examinar com perspicácia a reforma que vem sendo aplicada pelo governo federal. Para ele, essas entidades são a fiel tradução prática da proposta de “organizações sociais” apresentada pelo ex-ministro Bresser Pereira.

A defesa das fundações comparece em texto do professor Guilherme Ary Plonski, dos departamentos de Administração da FEA e Engenharia de Produção da Escola Politécnica. Ele preside o Conselho Curador da Fundação Carlos Alberto Vanzolini e foi com este texto que deu início à sua participação em debate preparatório ao IV Congresso da USP, realizado no dia 21 de novembro, no auditório do Instituto de Física.

Por outro lado, as fundações não escaparam à professora Marilena Chauí, da FFLCH, que no seu debate com Bresser, realizado em 20 de setembro pela Comissão Organizadora do IV Congresso da USP e reproduzido nesta edição, considerou necessário “reconsiderar de ponta a ponta” as fundações, como condição para a quebra do poder da “burocracia de tipo empresarial” que governa a USP. No debate, Bresser expôs seus argumentos em favor de uma reforma institucional da Universidade brasileira, baseada no modelo americano ou inglês e que, segundo ele, exclui a universidade pública estatal, por sua “ineficiência”. A universidade ideal, sustentou, é pública, mas não estatal, e exige competitividade a todo transe.

Esta edição da Revista Adusp, a última do milênio, traz ainda artigos de Ana Mae Barbosa, que traça um amplo painel da Mostra do Redescobrimento, erudito e bem-humorado; José Moura, relatando o drama dos sem-terra condenados à prisão; Américo Kerr & Marcos Magalhães, avaliando as eleições de outubro, saudável chega-pra-lá na hegemonia neoliberal.

Desejamos aos nossos leitores um excelente 2001.

O Editor

500 ANOS, COMEMORAÇÕES OU CELEBRAÇÕES?

Ana Mae Barbosa

Professora da ECA-USP (aposentada)

Nada mudou em 500 anos. Índios foram espancados e os amigos do rei locupletaram-se. Em meio às controvérsias quanto a serem os festejos oficiais comemoração ou celebração, a Mostra do Redescobrimento realizada em São Paulo suscitou uma feroz luta de poder entre os donos dos bancos que dominam a política cultural das artes visuais no país. Contudo, a exposição deveria ter merecido uma discussão mais conceitual. A primeira dificuldade, para o cidadão comum, está na inacessibilidade dos catálogos caríssimos, feitos para a Fundação Brasil 500 Anos ganhar dinheiro e não para tornar o Brasil melhor conhecido pelos brasileiros



As comemorações dos 500 anos de “descoberta” do Brasil foram uma prova de que nenhuma forma de colonialismo pode ser comemorada. Alguns poderosos, envergonhados, inventaram um subterfúgio: dizer que comemorar significa rememorar em conjunto, em comunidade e portanto tratava-se de análise de nosso passado e não de celebração. Concluíram, portanto, que comemorar é politicamente correto, celebrar não é.

Não importando se foi celebração ou comemoração, os amigos do rei se locupletaram, confirmando que nada mudou nesses 500 anos: índios foram espancados, réplica de caravela afundou etc. etc.

A maior parte das atividades que teve o selo dos 500 anos iria acontecer no ano 2000 quer se tratasse de 500 anos ou não. O setor editorial é que apresentou o saldo mais positivo das tais celebrações/comemorações.

Muitos títulos novos e reedições sobre diversos aspectos da História e da Cultura brasileira chegaram ao mercado, talvez apostando no despertar da consciência do brasileiro para sua ignorância acerca da própria História, despertar este provocado neste ano pelas constantes referências da mídia ao nosso passado. Mas em torno do mês de junho a efervescência histórica da mídia havia sido aplacada.

Muito se falou de identidade mas nada se ouviu falar sobre pós colonialismo.

Depois perguntam por quê a Austrália é um país desenvolvido. Lá estão mais preocupados em ser pós colonizados do que em identidade. Teóricos do pós colonialismo como Helen Tiffin, Bill Ashcroft e Gareth Griffiths estão entre os mais conhecidos internacionalmente.

Uns dos problemas mais discutidos foi a cenografia de alguns módulos da Mostra. Em O Olhar Distante me irritou profundamente a imitação da cenografia Walt Disney e a submissão do visitante a um percurso determinado pelo designer

Embora preconceituosos, os australianos re+conhecem o Aborígene, sua diferença e suas reivindicações. Todos os museus, por mais de vanguarda que pretendam ser, têm um setor de Arte Aborígene tradicional e/ou contemporânea.

Aí chegamos à área que mais controvérsia e disputa gerou nas comemorações dos 500 anos do Brasil: a Arte.

A Mostra do Redescobrimento realizada em São Paulo nos prédios do Parque Ibirapuera, e por isto

confundida com a Bienal, suscitou uma feroz luta de poder entre os donos dos Bancos que dominam a política cultural das artes visuais no país. Esta luta dominou o debate e radicalizou as posições. A turma do lado contrário fez política de terra arrasada, nada prestava na Mostra do Redescobrimento e a turma aderida à Fundação Brasil 500 anos não aceitava nenhuma crítica.



Contudo, a exposição deveria ter merecido uma discussão mais conceitual, pelo menos em respeito aos especialistas nela envolvidos, como Emanuel Araújo, Maria Lúcia Montes, Kabengele Munanga, Dr.^a Nise da Silveira, Luís Carlos Mello, Lize Salum, Nelson Aguilar, Maria Alice Milliet, Pernambucano de Mello, Miriam Ribeiro, só para citar os que mais conheço e admiro.

A primeira dificuldade para avaliar a polémica está na inacessibilidade dos catálogos caríssimos, o

que impede o cidadão comum de ler os textos que embasam a exposição. São catálogos para a Fundação Brasil 500 Anos ganhar dinheiro e não um esforço editorial para fazer o Brasil melhor conhecido pelos brasileiros. Isso é lastimável em virtude de tanto dinheiro público direta ou indiretamente envolvido.

Uns dos problemas mais discutidos foi a cenografia de alguns

No caso do Barroco, cenografado por Bia Lessa, a contextualização foi bem sucedida. Ao entrar no espaço de representação do Sagrado Católico o roxo que remete aos rituais da Semana Santa era impactante e rememorante.

Entretanto, a estatuária barroca brigava e perdia a luta para se tornar mais visível do que a cenografia. Embora sedutora a associação entre

que confirmavam conceitos junguianos. No Redescobrimento a pluralidade de abordagens teóricas psicanalíticas e psicológicas da imagem era evidente, resultando em variedade estilística.

A exposição se iniciava pela obra de Arthur Amora, paciente do Engenho de Dentro, cujo trabalho é geométrico abstrato. Nunca vi seus trabalhos expostos antes, mas os conhecia através de Almir Mavigner, que orientou Amora e foi o primeiro artista a trabalhar com a

Dr.^a Nise da Silveira. Não concordo com a interpretação de que seu trabalho se trata apenas da simplificação da representação de peças de dominó e pelo contrário, penso que Amora foi muito influenciado pelas obras concretistas do mestre Almir Mavigner cujo atelier chegou a visitar. Leo Navratil demonstrou nos idos de 60 as tensões miméticas no desenho de sofrendores mentais e a capacidade deles para operar releituras de imagens que os fascinem.

Artur Bispo do Rosário e Auro-ra são pontos altos da exposição, que muito adequadamente e respeitosa-mente enriqueceu o observador com sintéticas histórias de vida dos artistas.

Entusiasmantes também foram os módulos de *Arte Popular e Negro de Corpo e Alma*, que também recusaram elementos cenográficos, orientação que infelizmente não foi seguida no módulo *Arte Afro-Brasileira* cuja excelente escolha foi perturbada perceptivamente pelas longas cortinas que me lembraram

***Revoltada com
a borracha da história sobre
a produção da mulher no módulo
Arte no Século XIX, ao chegar em casa
consultei o livro de Theodoro Braga
sobre Arte Brasileira. Encontramos
mais de 300 mulheres catalogadas
como artistas no
Século XIX***

módulos da Mostra. Confesso que estava ansiosa para gostar, aprovar e defender a teatralização dos espaços expositivos, por pensar que esse é um dos caminhos mais claros da museografia pós moderna. Entretanto, no *O Olhar Distante* me irritou profundamente a imitação da cenografia Walt Disney e a submissão do visitante a um percurso determinado pelo *designer*.

A teatralização nas exposições de arte procura explicitar contextos, entretanto respeitando a visibilidade das obras, assim como a polêmica interpretativa do observador.

procissão e carnavalização induzida pela cenógrafa, empobrece a exposição porque reduz o seu significado a uma única interpretação.

Exposições que conduzem a uma única interpretação são autoritárias e limitadoras da capacidade crítica do espectador.

O módulo mais bem realizado do ponto de vista de espaço, conceito e narrativa foi o de *Imagens do Inconsciente*. As magníficas exposições organizadas anteriormente pela Dr.^a Nise da Silveira, na escolha, privilegiavam as imagens



feira em colégio de freiras. A pequena seleção de arte africana apresentada nesse módulo era de grande relevância e a relação estabelecida entre as peças uma das mais altas experiências estéticas que a Mostra proporcionou.

O Módulo de *Artes Indígenas* questionou pela própria cenografia visões preconceituosas. Nosso indígena, que sempre foi considerado como selvagem e primitivo, teve sua produção inserida num ambiente cosmiificado e luminoso, oposto à idéia de caverna e selvageria, apontando muito mais para a idéia de futuro do que para a idéia de passado, preconceitualmente colada à concepção comumente difundida acerca do indígena. Reforçando o diálogo entre passado e presente, se incluiu também a produção do indígena atual ao lado da produção histórica, que se encontra em museus do exterior. Questionou-se, portanto, o conceito de primitivo e o conceito de tempo.

Completamente decepcionante foi a exposição sobre a *Arte no Século XIX*. A curadoria parece ter assumido os mesmos valores que regiam a Escola Nacional de Belas Artes naquele tempo. Nenhuma ousadia de revisão ou de reinterpretação. Acredito que o conceito que regeu a exposição foi inclusive mais conservador do que a própria Escola Nacional de Belas Artes. Basta lembrar que não há nenhuma obra de mulher na exposição e a ENBA cultuava pelo menos Georgina de Albuquerque.

Revoltada com a borracha da história sobre a produção da mulher ao chegar em casa, consulte até altas horas da noite com Fernanda Cunha, uma aluna, o livro de Theodoro Braga sobre Arte Brasileira, emprestado por dois dias de um sebo. Encontramos mais de 300 mulheres catalogadas como artistas no Século XIX.

O exaustivo módulo de Arte

***Na Mostra do
Redescobrimento os módulos
das minorias obscureceram a arte
hegemônica, obediente aos códigos
europeus e norte-americano branco.
Muita obra de arte de código alto
empalideceu frente à arte de
código baixo***

Contemporânea, parecendo até que a intenção era não deixar ninguém de fora, foi reavaliado para a itinerância em Portugal, com uma conseqüente redução proposta por Jorge Molder, diretor da Fundação Calouste Gulbenkian e a magnífica idéia de acrescentar quatro excelentes artistas: Neide Jallageas, Rosana Paulino, Eduardo Coimbra e Arthur Lescher.


Alguns artistas da facção do outro Banco, que determina a política das Artes Visuais no país, pro-

meteram boicotar a itinerância, mas no fim se renderam e optaram pela visibilidade na parede do outro lado do Atlântico. Deram a desculpa de que entenderam se tratar de uma nova exposição. Só Cildo Meireles permaneceu fiel à Fundação Bienal ou ao Banco Itaú, contra a Associação Brasil 500 Anos ou Banco Santos, e retirou suas obras da itinerância.

A clonagem, feita no Brasil, de artistas europeus e norte-americanos, que os críticos brasileiros fingem não ver, deu lugar a uma frase irônica de Jorge Molder: “nosso critério foi eliminar trabalhos muito próximos a obras de artistas portugueses”.

Colonialismo é isto aí: o que deveria ser itinerância de uma exposição apresentada no Brasil é reconceituado pela matriz.

Outra dica para pensar o colonialismo e reconsiderá-lo à luz de teorias pós coloniais é o fato surpreendente de que na Mostra do Redescobrimento os módulos das minorias (arte africana, arte popular, arte dos loucos, arte dos índios) obscureceram a arte hegemônica, obediente aos códigos europeus e norte-americano branco. Muita obra de arte de código alto empalideceu frente à arte de código baixo.

Apesar do pós modernismo a luta de classes continua se refletindo na Arte e com a autoeliminação do Estado como estimulador da cultura, outra luta, a capitalista, determina os destinos da Arte e de muitos artistas neste país. 

A USP NA HORA DA VERDADE

José Marcelino de Rezende Pinto

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP



A excelência acadêmica é um projeto coletivo e tem como pressuposto a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. A proposta da Reitoria de “premiar a competência” procura legitimar a prática de complementações baseada na “flexibilização” do RDIDP e fomentada pelas fundações. A CERT deveria debruçar-se sobre este problema, ao invés de usurpar competência dos colegiados

Passada a euforia de uma greve vitoriosa graças à competência, organização e ao bom senso do conjunto dos profissionais das universidades públicas paulistas, liderados por suas entidades representativas, é o momento de retomarmos algumas questões postas em circulação pelos órgãos ligados à Reitoria da USP antes do início do movimento e, a meu ver, não suficientemente debatidas. Em especial quero discutir a proposta que, sob o argumento de que a competência deva ser premiada, introduz uma série de mecanismos de diferenciação salarial. A pergunta que fica é a seguinte: como premiar algo que é o próprio pressuposto da carreira universitária? É como premiar alguém por ser honesto.

Se existem docentes incompetentes, ou que não se dedicam às suas atividades, estes devem ser alertados, se possível corrigidos e eventualmente excluídos do quadro universitário. Ademais, aqueles docentes que efetivamente se destacam nas áreas de pesquisa, ensino ou prestação de serviço, já são devidamente compensados. Assim é que os grandes pesquisadores são tratados a pão de ló pelas agências de fomento, os bons professores são sempre homenageados pelos seus alunos (quer melhor prêmio?) e aqueles que se destacam em devolver para a sociedade, na forma de serviços, um pouco do que aqui se produz, recebem o seu retorno através do carinho e reconhecimento da comunidade atendida.

Portanto, quando fala em pre-

miar aqueles docentes que se destacam individualmente, o que a Reitoria está propondo é uma mudança na filosofia implantada na USP pelos seus idealizadores em 1934, que a fez diferente das suas congêneres na época e que explica boa parte de seu sucesso. Esta filosofia tinha como pressuposto a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e o entendimento de que a excelência

***Basta abrir qualquer
jornal para se
encontrar, sob a
chancela do nome USP,
os mais variados
cursos pagos,
ministrados por
professores desta
universidade através
das famigeradas
fundações***

acadêmica é um *projeto coletivo*.

O que fez o sucesso da USP foi exatamente o fato de ela ter adotado um modelo não referenciado em “pagamento por peças”, que é o que se propõe: eu publico mais, ou eu dou melhor aula, ou eu trago mais recursos, logo eu tenho direito de ganhar mais. E o mais curioso desta discussão é que o modelo até hoje em vigor tem dado ótimos resultados como as estatísticas não cansam de mostrar. É como mexer em time

que está ganhando. A eventual mudança deste padrão de organização da universidade requer uma discussão prévia sobre a necessidade de fazê-lo. Sem falar que o modelo proposto pela reitoria já mostrou a sua falácia no próprio campo da administração de empresas, onde o modelo de premiação individual está sendo substituído por aquele referenciado no trabalho em equipe.

O que é mais grave na proposta da Reitoria é que, no fundo, ela vem para legitimar uma política de remuneração diferenciada já existente, viabilizada através dos complementos salariais propiciados pelas fundações que pululam na USP, colocando esta instituição no limiar da ilegalidade, em especial nas áreas da saúde e do ensino. Vamos aos fatos: no caso da saúde, o atendimento diferenciado feito para clientes particulares em equipamentos públicos (Hospital das Clínicas, Incor etc.) tem provocado denúncias frequentes do Ministério Público conforme temos acompanhado pela imprensa, comprometendo o bom nome da universidade e criando duas categorias de docente: aqueles que recebem, diferentemente de seus colegas, complemento salarial por exercer atividade que, ou já faz parte de seu contrato de trabalho e portanto não caberia adicional, ou não consta de suas funções enquanto docente da USP e portanto não poderia estar sendo exercida por um docente em RDIDP. Se na saúde a questão é grave, na área do ensino o sinal vermelho já foi ultrapassado.

A Constituição Federal estabelece como princípio a “gratuidade

do ensino público em estabelecimentos oficiais” (artigo 206, inciso IV). Ora, que se vê hoje em dia? Basta abrir qualquer jornal de grande circulação para se encontrar facilmente, sob a chancela do nome USP, os mais variados cursos pagos, oferecidos em prédios da universidade e ministrados por professores desta mesma universidade através das famigeradas fundações. O fato de serem cursos não regulares não desobriga o cumprimento da Constituição Federal que adota o conceito amplo de ensino. Eu pergunto: as fundações neste caso não estão servindo meramente como um meio de burlar o que determina a nossa lei maior? A USP pode ser conivente com isso?

Sei que afirmações como estas geram reações adversas de muitos colegas, que alegam ser este complemento de renda o que lhes permite viver com um mínimo de dignidade. A meu ver esta posição é falsa por dois motivos: primeiro porque este ganho ocorre apenas no curto prazo; a longo prazo o que acontece é que a universidade vai progressivamente se desobrigando com o pagamento do salário; não há um acréscimo global de renda, apenas uma substituição de fontes, sem falar que quando chega a aposentadoria... Prova cabal deste fato é que, apesar do aumento do número de aposentados, os gastos com pessoal da USP reduziram-se de 85,7% do total em 1995 para 84,4% em 1998 (incluindo os aposentados e precatórios) e atingiram apenas 75,7% no período que vai de janeiro a novembro de 2000.

O segundo ponto é que este ga-

nho adicional só ocorre enquanto poucos participam do esquema; à medida que se generaliza o oferecimento de serviços pagos, a velha lei da oferta e da procura joga os preços para baixo. Neste aspecto, uma atitude imediatista vai nos causar um custo muito elevado no futuro. Um outro argumento utilizado pelos que defendem estas práticas é que, sem elas, muitas atividades da universidade deixa-

Há uma usurpação de competência por parte da CERT. O Estatuto da USP é cristalino: cabe à CERT “opinar acerca do regime de trabalho”. Nossa língua é clara: opinar é diferente de deliberar. Quem delibera são os colegiados

riam de funcionar, incluindo os hospitais-escola. Creio que se a universidade pretende vender serviços para alavancar fundos, que o faça de maneira transparente e de tal forma que os recursos advindos sejam socializados para o conjunto da comunidade universitária (docentes, alunos e funcionários).

Quando um docente está presentando uma assessoria, atendendo clientes numa clínica médica, ou oferecendo um curso de extensão,

atividades estas pagas, ele, com certeza, está deixando de fazer, ou não fazendo com a devida dedicação, alguma das atividades-fins da universidade e portanto está (espera-se) sendo substituído por outros colegas nestas tarefas. Logo, os benefícios financeiros daí advindos devem ser socializados. Em resumo, a famigerada flexibilização do RDIDP, que foi o artifício regimental que propiciou todas estas distorções, gerou um câncer que, a meu ver, está corroendo a universidade em suas entranhas. Como diz Luiz Antônio Cunha, o Brasil inovou na matéria, criando fundações sem fundos...

Nos EUA são os fundos propiciados por doações de algum milionário vaidoso, benemérito ou arrependido de seus pecados que propiciam recursos para que as fundações prestem serviços à sociedade. Aqui é a sociedade que tem que propiciar os fundos para que os integrantes das fundações paguem suas contas no final do mês. Neste aspecto, a primeira providência a ser tomada é que se torne público através do *site* da USP a execução orçamentária de todas as fundações (quantas são?) existentes em seu interior ou que usam, de uma forma ou de outra, o seu *santo* nome.

Por último, cabe um pequeno comentário sobre a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) que é quem deveria estar exatamente fazendo uma discussão profunda sobre os efeitos que esta flexibilização dos regimes de trabalho está ocasionando na universidade. Longe de se dedicar a esta nobre tarefa, contudo, esta comissão tem interferido em assuntos que ex-

trapolam a sua competência. O primeiro deles refere-se a uma usurpação de competência estatutária por parte desta comissão, como bem alertou a assessoria jurídica da Adusp. O artigo 91 do Estatuto da USP é cristalino: cabe à CERT “opinar acerca do regime de trabalho”. Ora, a língua portuguesa é clara: opinar é diferente de deliberar. Quem delibera são os colegiados. E não poderia ser diferente, visto que a CERT é uma comissão assessora do Reitor, ocupando seus integrantes cargos de confiança, e logo não pode ter caráter deliberativo.

Apesar da letra do Estatuto, que é a lei maior da USP, esta comissão tem ignorado solenemente as decisões dos colegiados. Se esta comissão discorda de alguma decisão de Congregação, o que é justo e faz parte de sua atribuição, que oriente o Reitor e que este recorra ao colegiado superior. O contrário disto é o arbítrio, a injustiça e, ao final, geralmente mais um precatório a ser pago pela Universidade.

O segundo aspecto refere-se aos documentos *Diretrizes de avaliação das atividades docentes* e *Normas básicas internas da CERT*. Se é louvável que esta comissão apresente sua proposta para o conjunto da comunidade, é, por outro lado, inaceitável que um assunto desta importância seja encaminhado da forma como o foi até o momento, através de pequenas reuniões com diretores ou docentes, onde a proposta é apresentada como fato consumado. Vemos aqui mais uma vez a CERT extrapolando a sua competência legal.

As diretrizes de avaliação da atividade docente devem nascer de

um fórum unificado de discussão (como foi, por exemplo, o Fórum do Ensino de Graduação, promovido pela Reitoria) envolvendo as três pró-reitorias da universidade e que conte com a presença de especialistas em avaliação o que, obviamente, não é o caso dos integrantes da CERT, e nem deveria ser, cabendo a deliberação final ao Conselho Universitário, órgão máximo de decisão na universidade.

Apesar de produzir conhecimento rico e inovador sobre avaliação, a USP não usa este conhecimento e os profissionais que o geram. Em outras palavras, age-se de forma absolutamente não científica

Por suas implicações, um assunto desta natureza não pode ser decidido no âmbito de um grupo restrito de assessores de confiança do reitor, por mais dignos e respeitáveis que eles sejam. Neste aspecto, é curioso observar que, quando o assunto é seu próprio funcionamento, a universidade aja de forma tão amadora. Apesar de produzir conhecimento rico e inovador sobre avaliação, a USP não usa este conhecimento e os profissionais que o geram. Em outras palavras, age-se de forma absolutamente não científica.

Neste sentido, é sintomática a reação da universidade ante o Provão do MEC: apesar de assumir uma postura crítica frente a ele, teve de engoli-lo por não ter desenvolvido até então qualquer processo sistemático de avaliação de seus cursos, apesar de uma ampla produção científica na área. Mais do que isso, a USP aceita passivamente que seus alunos se submetam ao Provão, mas se recusa a participar da Avaliação das Condições de Oferta feita pelo mesmo MEC.

Creio que a USP tenha que fazer uma discussão aprofundada sobre competência e dedicação, porém pensando-as não como atributos individuais de seus docentes mas enquanto um projeto coletivo de universidade. Entendo que devemos nos questionar, sim, sobre nossa competência quando vemos tantos ex-alunos e ex-docentes que ocupam ou ocuparam posição de destaque no palco decisório do país e que usaram a competência aqui adquirida seja para tentar legitimar a ditadura no país (Gama e Silva), ou para manipular os índices de inflação (Delfim), ou ainda para confiscar a poupança dos brasileiros (Zélia), ou então para, em nome da modernidade e renegando tudo que disse ou escreveu, implantar uma política que destrói o pouco de social que havia no Estado brasileiro, fragilizando os fracos e robustecendo os fortes, valorizando o individualismo e a competição em detrimento da solidariedade que passa a ser confundida com caridade (FHC). Será isto o que desejamos para a Universidade de São Paulo? RA

FUNDAÇÕES DE APOIO E FINANCIAMENTO PÚBLICO NA USP

Guilherme Ary Plonski

Professor associado do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica



A legislação que rege a aplicação dos recursos orçamentários investidos pelo Estado no ensino superior tolhe a agilidade e flexibilidade necessárias para responder às demandas por projetos inovadores. As fundações permitem superar essas limitações de forma legal e legítima

Agradeço à Adusp o convite para participar do debate sobre fundações de apoio e financiamento público na nossa Universidade de São Paulo. Cumprimento os colegas ‘uspianos’ que integram a mesa e saúdo o nobre deputado estadual César Callegari, incansável defensor da causa da educação pública de qualidade. O deputado acaba de retornar do estado de Andra Pradesh, na Índia, onde participou, em missão oficial, da *International Conference on “Strengthening Values Education”*, evento organizado pela Unesco, que realça no próprio título a centralidade dos valores no processo educacional.

Colegas docentes, servidores(as) não-docentes, estudantes: é justamente sobre *valores* que centrarei minha contribuição neste debate. Nem poderia ser diferente, uma vez que a manchete da primeira edição do Jornal do IV Congresso da USP é a pergunta fundamental “Que Universidade queremos?”. Minha resposta é que queremos a USP uma instituição *imbuída de valores humanos* de respeito à liberdade, busca da verdade, justiça, universalismo — valores a serem *sempre* defendidos nos momentos de adversidade e turbulência. Queremos a USP em contínua *busca da excelência* nas variadas dimensões da vida acadêmica e crescentemente *conectada* com os diversos segmentos e espaços do seu *entorno sócio-econômico*.

Numa visão de conjunto, as conexões existentes com o entorno só-

cio-econômico configuram uma rede ampla, alimentada por fluxos de conhecimentos. Essa *rede USP* envolve ativamente milhares de escolas públicas fundamentais e médias, milhares de empresas e empreendedores(as), centenas de órgãos governamentais, centenas de entidades comunitárias e do terceiro setor e, também, dezenas de instituições de ensino superior e institutos de

A exigência de mecanismos de gestão de recursos compatíveis com o ciclo do tempo de organismos governamentais e empresas em projetos inovadores é uma das bases das fundações de apoio

pesquisa do País e do exterior. Pela exigüidade do tempo, deixo de ilustrar esta exposição com alguns dos fascinantes projetos inovadores que engrandecem o nome da USP.

Aproveito pela lembrar que muitas dessas conexões estão acessíveis no USP *online* e que centenas dessas iniciativas estão referenciadas nas publicações “USP serviços educação”, “USP frente ao desafio da inclusão social” e “Universidade e sociedade: experiências da USP”, disponibilizadas pela Ceca.

Cabe sublinhar o *caráter interativo* da relação Universidade-Sociedade. Assim, deve a Universidade continuar a estabelecer a sua agenda combinando, por um lado, o princípio da autonomia e, pelo outro, a sensibilidade cada vez mais apurada às demandas dos distintos atores sociais. Igualmente, deve a Universidade de São Paulo aprimorar permanentemente o processo de democratização do saber, valorizando a conexão com os vários segmentos de uma sociedade em rápida transição.

Na construção da extensa e multifacetada rede de conexões da USP, um modelo único não supre todas as características requeridas para assegurar uma cooperação fluida com tantos atores sociais diferentes, num ambiente em mutação permanente. Assim:

- A necessidade de articular conhecimentos de várias especialidades, gerando sínteses capazes de responder a questões concretas da sociedade levou à criação de *centros interdepartamentais*, de *núcleos de apoio à pesquisa* e de *núcleos de apoio à cultura e extensão*.

- A demanda de comunidades e de pequenas empresas sustenta as *empresas juniores* e outros mecanismos associativos de estudantes.

- A exigência de mecanismos de gestão de recursos compatíveis com o ciclo do tempo de organismos governamentais e empresas em projetos inovadores é uma das bases das *fundações de apoio*.

A concepção de novos modelos prossegue, refletindo a vitalidade da USP na resposta adaptativa a novos desafios. Vejamos três exem-

plos recentes:

- A ênfase na sinergia entre as dimensões de pesquisa, inovação e difusão do conhecimento levou à recente criação de *Cepids*, estimulada pela Fapesp.

- A conveniência da articulação entre os celeiros de talentos tecnológicos co-localizados neste campus da Cidade Universitária originou o *Centro Incubador de Empresas Tecnológicas – Cietec*, numa parceria entre a USP, IPEN, IPT, Sebrae-SP e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; e,

- A percepção do potencial da síntese entre os princípios da incubação de novos empreendimentos e a abordagem da economia solidária para responder, de forma inovadora, ao desafio da geração de renda levou, no contexto do Projeto Avizinhar, à criação da *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*.

O quadro de referência exposto indica as *fundações de apoio* como uma das muitas espécies que atuam na diversidade necessária para uma saudável cooperação Universidade-Sociedade. Cabe ressaltar algumas das características específicas dessas fundações de apoio:

a) São instituídas, mediante *doação de bens livres*, por docentes (como é a Fundação Carlos Alberto Vanzolini-FCAV, nos idos de 1967, com aprovação do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica) ou por ex-alunos (individualmente ou pelas suas associações) ou, ainda, pela própria Universidade (co-

mo foi o caso da Fuvest e da FUSP, por decisão do Conselho Universitário).

b) Sua missão institucional é a *colaboração com a Universidade* ou com parte dela (este é o caso da FCAV, que colabora com o Departamento de Engenharia de Produção).

c) Sem fins lucrativos, têm personalidade jurídica *privada de inte-*

As fundações de apoio são uma das muitas espécies que atuam na diversidade necessária para uma cooperação Universidade-Sociedade. Sua missão institucional é a colaboração com a Universidade ou com parte dela

resse público, que lhes permite a agilidade e flexibilidade necessárias à dinamização dos fluxos de conhecimento entre a Universidade e outros entes da sociedade.

d) São veladas pelo Ministério Público ao longo de toda a sua existência, que verifica se estão sendo cumpridos os objetivos estabelecidos pelos instituidores. Destaca-se a figura do Curador das Fundações.

e) Os(as) integrantes do Conselho Curador da FCAV são eleitos(as) pelo *colégio pleno* dos(as)

docentes ativos do Departamento de Engenharia de Produção. O Conselho Curador, democraticamente eleito, escolhe a Diretoria Executiva.

f) As fundações de apoio mantêm convênio com a USP, em que se explicita esse desejo de colaborar com a Universidade ou com uma parte dela. No caso da FCAV, reza o convênio, aprovado pelo Conselho do Departamento, que ela “proverá, na medida de suas possibilidades, recursos para trabalhos ou iniciativas a serem realizadas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ou com sua colaboração, que propiciem o desenvolvimento tecnológico da engenharia de produção e da administração industrial, bem como a melhoria do seu ensino e aprendizado.”

É oportuno destacar algumas das formas pelas quais esses objetivos vêm sendo realizados:

a) Gestão de cursos de educação continuada, organizados pelo Departamento de Engenharia de Produção, entre os quais se destaca o Curso de Especialização em Administração Industrial, que vem operando com êxito há mais de vinte anos. A ele acorreram *doze mil profissionais*, em busca de conhecimentos que permitam seu aperfeiçoamento, aumentando sua empregabilidade. Esse curso de especialização, considerado referência, foi aprovado por todas as instâncias da USP.

b) Apoio à introdução pioneira no país das novas tecnologias de suporte ao processo de ensino/aprendizagem (conhecidas co-

mo de “ensino à distância”) na área da engenharia. Assim, com recursos do Programa Reenge da Finep e a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina, foi montada a Rede Brasileira de Engenharia, com mais de cem escolas de engenharia em todo o país, inclusive em regiões menos desenvolvidas. Entre os conteúdos estão o “Engenheiro 2001” e, com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego, o “Projeto E”, voltado ao empreendedorismo (que foi transmitido, inclusive, pela TV USP no Canal Universitário).

c) Ainda no âmbito do Laboratório de Tecnologia Educacional, o Projeto WWW.Escola, que contribui para atenuar a brecha digital no sistema educacional público.

d) Apoio à pesquisa e à publicação, por intermédio do *Fundo de Apoio à Engenharia de Produção* e o suporte à publicação de livros pelos(as) docentes do Departamento.

e) Apoio ao ensino de graduação, pela publicação de textos didáticos e pelo estabelecimento de prêmios para trabalhos de formatura.

f) Estímulo à pós-graduação, facilitando a mobilidade, no país e no exterior, de estudantes para exporem seus trabalhos em congressos e seminários da área.

g) Apoio decisivo na organização do marcante encontro da comunidade brasileira de engenharia de produção — o *Enegep 2000*, realizado na Escola Politécnica há pouco mais de um mês, com a participação da liderança intelectual internacional nesse campo.

h) Prestação de serviços tecno-

lógicos, particularmente na área de certificação de qualidade em processos e produtos, que são estratégicos para a manutenção da capacidade das empresas brasileiras de gerar empregos. Esses serviços, que permitem à sociedade acessar o conhecimento acumulado no Departamento, também contribuem expressivamente para

É infundada a afirmação, esposada por alguns colegas, de que as fundações de apoio privatizam a universidade pública.

Pelo contrário, as fundações de apoio é que complementam os recursos financeiros da Universidade pública

o ensino e a pesquisa, ensejando a realização de trabalhos de formatura, dissertações e teses focalizando o campo da qualidade.

i) Desenvolvimento de estudos relevantes para *políticas públicas*, como é o caso do estudo da cadeia automobilística, recentemente contratado pelo BNDES, articulando as competências do Departamento de Engenharia de Produção e de outras áreas da Universidade.

j) Apoio à participação crítica do Departamento em questões de rele-

vância social, tais como as relações capital-trabalho, a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores(as) e os impactos da terceirização.

É infundada a afirmação, esposada por alguns colegas, talvez por falta de informações completas, de que as fundações de apoio privatizam a universidade pública. Primeiro, porque é vedada a transferência de recursos orçamentários da Universidade pública para qualquer uma das fundações de apoio. Pelo contrário, as fundações de apoio é que complementam os recursos financeiros da Universidade pública. Assim, elas captam *recursos privados para fins públicos*.

Como sabemos todas e todos, os recursos orçamentários dedicados às universidades estaduais não atendem a plenitude das necessidades da vida acadêmica. Eles têm assegurado o ensino de graduação e de pós-graduação gratuitos e de qualidade. Nesse contexto, aliás, cabe reconhecer o esforço do poder legislativo no apoio às universidades públicas. A Emenda Callegari, constitucionalizando os 9,57%, é um esforço na direção certa para assegurar ainda mais o futuro da Universidade pública, mesmo em face de uma reforma tributária. Já os recursos para as atividades de pesquisa e de extensão *foram, são e necessitarão ser*, em grande parte, captados externamente por aqueles e aquelas docentes que aliam o mérito científico à competência empreendedora. Isso é assim no mundo acadêmico, no Brasil e no exterior.

Nesse particular, deve-se quebrar outro mito infundado — o de que os e as docentes que fazem boa extensão têm baixa produtividade na pesquisa. Pelo contrário, a tese de doutoramento de Silvia Velho, aprovada pelo Departamento de Ciência Política da UnB, demonstra, com base em indicadores sistemáticos, que há um *círculo virtuoso* entre a produção científica e a extensão universitária.

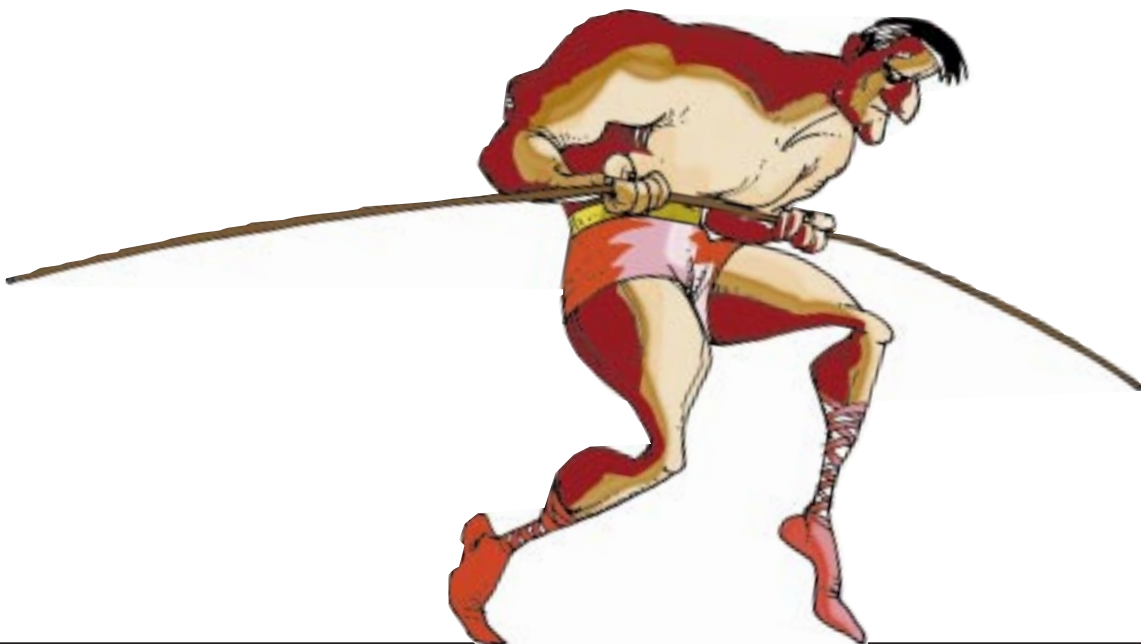
As fundações de apoio, como sugerido pelo próprio nome, não são um fim em si, mas constituem um meio de ajudar a Universidade a cumprir a sua missão institucional e desincumbir-se das suas atividades-fim, particularmente a da extensão. Não integrando a administração indireta nem a estrutura da Universidade, ou da unidade ou departamento a quem propiciam apoio, ajudam a promover a cooperação Universidade-Sociedade. Permitem superar, de forma legal

e legítima, limitações impostas pela legislação que rege a aplicação dos recursos orçamentários recolhidos do contribuinte e investidos pelo Estado no ensino superior. Essa legislação tolhe a agilidade e flexibilidade necessárias para responder às demandas por projetos inovadores que sindicatos, empresas, ONGs e mesmo organismos da administração pública naturalmente fazem à Universidade.

A percepção da relevância das fundações de apoio no provimento dos meios necessários ao atendimento das finalidades estatutárias da USP não se limita às chamadas “unidades profissionalizantes”. Ao longo de seus oito anos de existência, a FUSP tem sido demandada por 29 das 35 unidades de ensino e pesquisa. Entre elas “unidades básicas” (tais como este Instituto de Física na capital e o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação no interior) e unidades da

“área de humanas” (tais como a FFLCH na capital e a FFCLRP no interior). Vem, igualmente, apoiando entes que mobilizam toda a Universidade, tais como o Instituto de Estudos Avançados, a Estação Ciência e o Teatro da USP.

A vontade da comunidade universitária de se abrir ao meio externo é o que explica a instituição das fundações de apoio, desde a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências-Funbec, criada há tantas décadas pelo professor Isaías Raw. Fundações e estruturas de interface similares são também encontradas nas universidades federais brasileiras e em muitas das melhores universidades públicas no exterior. Ajudam essas entidades de interface a realizar o que, há dois séculos, Goethe nos propôs: “Não basta saber, é preciso também aplicar; não basta querer, é preciso também agir.” RA



MOTIVOS DE SOBRA PARA REPELIR O AJUSTE LIBERAL

Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Docente do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas



Estamos diante de uma política antagônica em relação à concepção de educação e de serviço público que o movimento docente sempre defendeu. Não há negociação possível, e sobram motivos para enfrentamento

A reforma do Estado em andamento no Brasil é muito menos inovadora do que procuram fazer crer seus defensores.

No início da década de 60, já era privatista o discurso dominante entre as forças políticas que viriam a apoiar o golpe de Estado. Durante a longa tramitação da primeira LDB, a direita parlamentar sistematicamente havia procurado garantir a transferência de recursos públicos para o ensino particular.

Na mesma época, condenava enfaticamente a legislação trabalhista e previdenciária. Reivindicava a mais ampla liberdade de mercado e a inviolabilidade da propriedade, contra as reformas de base em discussão no período Goulart. Questionava o monopólio do petróleo e a política de nacionalização de empresas nas áreas de energia e comunicações. Via o corporativismo estatal herdado da era Vargas como principal causa dos problemas nacionais, e a terapêutica indicada passava pela retração da interferência pública sobre a economia, para que se pudesse expandir a livre iniciativa. Embora não se falasse em neoliberalismo, era um programa muito próximo das bandeiras da Sociedade do Monte Pélérin.

Já nos primeiros anos da ditadura, porém, as necessidades de acumulação de capital abafaram os antigos clamores liberais. Algumas das mais dogmáticas vestais da religião do mercado renderam-se à sedução do novo Leviatã. Roberto Campos foi, na ocasião, um dos mais influentes inspiradores da re-

forma de monumental de poupança forçada e estatalmente dirigida do sistema FGTS/BNH. Convicções doutrinárias foram cuidadosamente arquivadas, à espera de melhor momento para voltarem à luz do dia.

Ao contrário do que propunha a fraseologia não intervencionista anterior, o regime militar impulsionou fortemente o crescimento do Estado. Em consonância, porém, com os interesses que se acobertavam sob essa mesma fraseologia, a órbita estatal em expansão se fez acompanhar desde cedo de nítida tendência à privatização interna de seus aparelhos administrativos, intimamente imbricados com o poder econômico em processo de monopolização.

O principal instrumento jurídico regulador da estrutura e das atividades da burocracia pública foi, no período, o Decreto-Lei nº 200/67, que dividia a administração em direta e indireta, sendo a segunda composta por autarquias, empresas públicas e de economia mista. Na vigência desse decreto, proliferaram fundações de direito privado que, embora sustentadas por recursos oriundos do orçamento da União, escapavam, assim como as empresas estatais, a qualquer controle público. Permaneciam vinculadas à chefia do Executivo, mas através de laços pessoais e informais, decorrentes do poder de nomeação e exoneração de dirigentes. Criou-se, assim, uma rede de lealdades palacianas que, articulada com a onipresente iniciativa privada, dispunha dos aparelhos de Estado como se fossem propriedade pessoal, no melhor estilo patrimonialista.

Ausência de procedimentos transparentes de licitação, contratação de pessoal sem concurso, demissões arbitrárias, inexistência de planos de cargos e salários, remuneração desigual para salário igual, uso generalizado das fundações como instrumento de nepotismo foram algumas das características mais marcantes do cenário da administração brasileira no final da ditadura. Em seu conjunto, esse quadro de uma esfera pública que se decompunha no mesmo movimento em que se expandia teria sido facilmente compatível com a privatização aberta que hoje se busca implementar. Mas o ajuste liberal-conservador brasileiro foi tardio, e chegou precedido por algumas alterações institucionais importantes que, embora em escala modesta, retardaram-lhe a velocidade.

Entre o final da década de oitenta e o início dos anos noventa foi possível, sobretudo por meio da ação dos movimentos populares que então viviam uma fase ascendente, reverter em parte a trajetória seguida durante a ditadura. Em 1987, a Lei nº 7596 submetia as fundações que recebessem recursos da União aos mesmos controles exercidos sobre as autarquias, das quais, na prática, deixaram de distinguir-se.

No mesmo ano, o PUCRCE, instituído no âmbito das instituições federais de ensino, representava um passo importante no sentido da garantia de tratamento isonômico a pessoas que desempenhassem, com níveis similares de qualificação e desempenho, as mesmas atividades. No ano seguin-

te, a Constituição Federal estendia o princípio da isonomia ao conjunto do serviço público.

Em 1990, o RJU complementava dispositivos constitucionais e o país passava a ter uma regulamentação única para praticamente a totalidade das relações de trabalho nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional. Mais que isso, substituía o emprego regido pela CLT, que se havia disseminado sobretudo nas fundações, pela relação de serviço público, de natureza mais institucionalizada e capaz de impor limites à vontade particular e discricionária dos governantes.

Ainda que incompletas, essas mudanças criaram espaços realmente públicos no interior de aparelhos costumeiramente tratados como instrumentos de mando privado. Foram, além disso, acompanhadas de transformações importantes na concepção das atividades do Estado, sobretudo no que se refere às políticas sociais, onde houvesse avanços no sentido da democracia e da universalização.

No entanto, muito do que se conseguiu obter durante a elaboração da Carta de 1988 permaneceu sem eficácia, por desrespeito ou omissão governamental. Mesmo assim, e apesar de não ter sido jamais o texto igualitário que muitos vêem nela, essa Constituição tornou-se um obstáculo às políticas de ajuste que nos têm sido impostas. Reformá-la foi, desde muito cedo, uma das prioridades da direita brasileira e de seus mentores externos. As investidas mais agressivas começaram no governo Collor, mas ganharam

em abrangência, intensidade e sistematização a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique.

Poucas políticas tiveram ideólogos tão oficiais quanto o que a atual reforma do Estado encontrou em Bresser Pereira. Em 1996, esse autor publicava em inglês, para discussões junto a quem de direito, e posterior tradução, um

***A reforma distingue
quatro setores no
aparelho estatal:
núcleo estratégico,
atividades exclusivas
de Estado, serviços não
exclusivos e produção
de bens para o
mercado. Nos serviços
não exclusivos, a
execução caberá às
organizações sociais***

texto em que oferecia modesta contribuição ao mundo subdesenvolvido: nada menos do que um terceiro momento paradigmático de autointerpretação do desenvolvimento da América Latina (Bresser Pereira: *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para Uma Nova Interpretação da América Latina*. São Paulo, Ed. 34, 1996). O primeiro, estruturalista e nacional-burguês, teria sido formulado por Prebisch; o segundo

consistiria na versão Cardoso/Falsetto da teoria da dependência; o terceiro momento seria o da crise fiscal, originada sobretudo pelo endividamento público e pelo populismo econômico.

Bresser se define como social-democrata ou social-liberal, e procura marcar suas distâncias em relação ao neoliberalismo, do qual se distinguiria pela interpretação da crise — ao enfatizar o papel da dívida externa — e pela soluções propostas, uma vez que o neoliberalismo procuraria retirar o Estado da economia e da área social, enquanto a “resposta social-democrática não é o Estado liberal, mas o Estado social-liberal, que continua responsável pela proteção aos direitos sociais, mas que gradualmente deixa de diretamente exercer as funções de educação, saúde e assistência social para contratar organizações públicas não-estatais para realizá-las” (*idem*, p. 270).

Um leitor destituído de boa vontade talvez estranhe que a dívida externa, pensada no diagnóstico como causa principal da crise, não seja considerada quando se propõe a terapia. E talvez julgue que a terceirização das políticas sociais, com subsídios, venha a ser um bom meio para favorecer interesses privados, coisa que os neoliberais rejeitam na teoria e buscam sempre realizar na prática.

Como construir, sem agir sobre um fator determinante da crise fiscal, a reforma capaz de superá-la? A resposta começa pela distinção entre quatro setores no interior do aparelho estatal: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas de

Estado, os serviços não exclusivos ou competitivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

O núcleo estratégico, *locus* da definição das leis e políticas públicas, é conceituado, por lapso ou franqueza, de forma muito restritiva: são o presidente da República, os ministros e a cúpula dos ministros os responsáveis pela decisão sobre essas políticas, havendo também referência aos tribunais federais, “encabeçados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público” (*idem*, p. 283). O Congresso Nacional supostamente não deve imiscuir-se nessa área nobre.

A privatização, sem subterfúgios, só é proposta para a produção de bens e serviços para o mercado. Os dois setores intermediários deverão ser descentralizados. A execução das políticas caberá, nas atividades exclusivas, a agências reguladoras e, no setor dos serviços não exclusivos, às organizações sociais, que abrangerão universidades, escolas técnicas, hospitais, museus. O vínculo entre decisão e implementação se fará através de contratos de gestão: “com ele, o núcleo estratégico definirá os objetivos das entidades executoras do Estado e os respectivos indicadores de desempenho, e garantirá a essas entidades os meios humanos, materiais e financeiros para sua consecução” (*idem*, p. 284). No âmbito de atuação das agências reguladoras, a propriedade pública será mantida, e as relações de trabalho continuarão regidas pelo RJU.

Quanto às instituições federais que venham a ser transformadas em organizações sociais, assegura

Bresser que não serão privatizadas, mas *publicizadas*. Como não podem obter no mercado a totalidade dos recursos necessários ao exercício de suas atividades, dependem de transferências estatais. Para justificá-las, não devem ser privadas, mas públicas. E não devem ser estatais, porque não envolvem (*sic*) o poder de Estado (*idem*, p. 286). Estão lançadas, pois, as bases para um novo tipo de propriedade: pública não es-

***A publicização,
na peculiar linguagem
da reforma, nada mais
é do que a privatização
total das instituições
públicas encarregadas
de implantar políticas
sociais como
educação e saúde***

tatal. Apesar das enormes divergências sobre esse conceito, o autor não parece ver necessidade de um tratamento aprofundado.

Passemos, então, para um nível mais operacional: o que serão, na prática, as organizações sociais? A resposta, agora, é clara: fundações públicas de direito privado. Voltamos, assim, ao Decreto-Lei nº 200/67, e superamos “o retrocesso burocrático ocorrido em 1988” (*idem*, p. 275). Mas haverá uma pequena diferença: essas fundações deverão ser criadas por pessoas fi-

sicas, e não pelo Estado, para que melhor possam livrar-se de restrições normalmente impostas à administração estatal. Ou seja, a *flexibilidade* será ainda maior.

“As novas entidades receberão por cessão precária os bens da entidade extinta. Os atuais servidores transformar-se-ão em uma categoria em extinção e ficarão à disposição da nova entidade. O orçamento da organização social será global; a contratação de novos empregados será pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho...” (*idem*, p. 287). Temos aqui a síntese de um programa que avança a passos largos. A América Latina pode ter ganho um paradigma, mas o Brasil está sendo contemplado com algo mais palpável.

Descontados os malabarismos verbais, a *publicização*, na peculiar linguagem da reforma, nada mais é do que a privatização total das instituições públicas encarregadas de implantar políticas sociais como educação e saúde. Fundações de direito privado — deveria ser desnecessário lembrar — não são públicas, mas privadas. Articuladas através de contratos de gestão com ministros dotados de competência para decidir em caráter pessoal sobre o teor desses acordos e a conveniência de renová-los, significarão na verdade a ausência de qualquer controle veredadeiramente público sobre o fluxo de recursos nessas áreas.

O RJU é incompatível com a implantação desse modelo. O trabalho regido por normas estatutárias é contrário à natureza das organizações sociais, e certamente

acarretaria enfrentamentos judiciais. Impõe-se, portanto, adotar, nos órgãos que se pretende transformar, a regulamentação celetista, ainda que para isso seja necessária, por algum tempo, a convivência dos dois regimes.

A reforma do Estado em implantação no país é um processo amplo, que abrange alterações na Constituição Federal e na legislação ordinária, mas que não se esgota no plano especificamente legal. Boa parte dos objetivos pode ser alcançada diretamente através de ações ou omissões governamentais que podem conviver com o ordenamento jurídico existente, ou simplesmente infringi-lo.

Dentre as mudanças propriamente normativas, que constituem seus aspectos mais visíveis, destaca-se a Emenda Constitucional nº 19, que, entre outras inovações, expurgou da Constituição referências à isonomia no serviço público e reintroduziu a possibilidade de contratação de pessoal nos termos da CLT para os organismos estatais. Surge, assim, o emprego público, na realidade trabalho submetido a normas que se aplicam a relações privadas entre patrões e empregados. Essa emenda data de 1998. No ano seguinte, tramitou no Congresso o PL nº 57/99, hoje transformado na Lei nº 9962, de fevereiro de 2000. Trata-se de norma genérica, que não cria os empregos, mas estabelece parâmetros que deverão ser observados durante a sua criação, a ser feita por meio de normas específicas. Isso é parte da estratégia governamental: um dos objetivos da reforma é

aprofundar a segmentação do trabalho nas entidades do Estado, e isso requer o uso de instrumentos legais diferenciados.

Os principais pontos a destacar, a respeito dessa lei, são os seguintes:

a) o regime é celetista; as aposentadorias e pensões serão reguladas pela previdência do setor privado, com teto de dez salários-refêrência. Além da inadequação, em princípio, da aplicação da CLT a instituições ainda de direito público, deve-se observar que existe, hoje, tendência a flexibilizar crescentemente — leia-se desproteger — o trabalho celetista. No mesmo sentido, estão sendo feitas tentativas de reduzir a pouco mais da metade o teto das aposentadorias no Regime Geral da Previdência Social;

b) o ingresso continua a depender de concurso público — nem poderia ser diferente, a menos que se aprovasse nova emenda constitucional — mas as demissões ficam facilitadas. Além disso, o projeto de carreira celetista em gestação no MEC aumenta as alternativas de contratação precária de docentes, com processo de seleção simplificado;

c) não poderá haver transposição de um regime para o outro;


d) por força de dispositivo constitucional, as normas que venham a criar os empregos deverão ser leis, e não medidas provisórias;

e) o RJU não se extingue. Continuará regendo as atividades consideradas exclusivas do Estado. Por enquanto, mesmo nas universidades, é a única norma em vigor, salvo raras exceções, embora seja

evidente a intenção governamental de colocá-lo em extinção. Se isso acontecer, haverá, por tempo talvez longo, a coexistência de dois regimes.

A legislação até agora aprovada permanece incompleta. Só se tornará eficaz após a promulgação das leis específicas, entre as quais a referente à educação. Diante disso, o MEC formou grupo de trabalho com a finalidade de elaborar anteprojeto de lei para a criação do emprego público e adoção de diretrizes de carreira nas instituições federais de ensino. Os textos produzidos por esse grupo, dos quais foi possível conhecer duas versões, seguem a lógica que inspira o conjunto da reforma do Estado.

As carreiras propostas se caracterizam pela discriminação e pelo aumento do trabalho precário. O que as normas já existentes não haviam deixado claro é agora explicitado, em dispositivo que pretende extinguir os cargos que se encontrem vagos na data da publicação da nova lei, ao mesmo tempo em que se proíbe o provimento dos que venham a vagar a partir dessa data. Vale dizer que os atuais servidores *transformar-se-ão em categoria em extinção*. Para que sejam depois colocados *à disposição da nova entidade*, como deseja Bresser Pereira?

Por inúmeras razões, estamos diante de uma política antagônica em relação à concepção de educação e de serviço público que o movimento docente sempre defendeu. Não há negociação possível, e sobram motivos para enfrentamento. 

Entrevista
DALMO DALLARI

“NINGUÉM SABE
QUAIS SÃO OS
CRITÉRIOS DA CERT”

Fotos: Daniel Garcia



Atualmente, a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) está presa a modismos e a uma visão puramente administrativa da atividade dos docentes. Supervaloriza a pesquisa e a publicação de artigos no exterior, ao passo que desconsidera a docência: “É como se dar aula não tivesse importância. A experiência comprova que sem boas aulas não há bom pesquisador”. São convicções do professor Dalmo Dallari, membro da CERT no início da década de oitenta e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP (1986-1990).

*Dallari diz que é preciso haver um esclarecimento geral a respeito dos regimes especiais de trabalho. Afirma que a inexistência de critérios de avaliação claros e uniformes abre caminho a decisões arbitrárias da CERT. Por isso, defende a rediscussão do papel dessa comissão central, dos critérios que aplica e da sua composição. Pede a **democratização** da CERT. Chama atenção para o papel decisivo dos departamentos na avaliação dos docentes.*

Na sua opinião, a USP afundou no marasmo e enquadrou-se na “desordem nacional chamada de ordem”, traduzida pela imposição à vida universitária de padrões meramente burocráticos, econômicos, produtivistas. “É preciso um pouco mais de rebeldia”, propõe.

*A entrevista à Revista Adusp teve lugar na Faculdade de Saúde Pública da USP e foi concedida a **Lucília Daruiz Borsari, Marcos Nascimento Magalhães e Pedro Estevam da Rocha Pomar.***

Revista Adusp- Professor, qual é a sua área no Direito?

Dallari- Minha área acadêmica se chama Teoria Geral do Estado. Mas essa disciplina é considerada uma introdução ao Direito Constitucional. Então eu poderia dizer que minha área é o Direito Público, toda aquela parte do Direito que envolve relações com o Estado.

Revista Adusp- O sr. é professor titular?

Dallari- Sou professor titular, fiz o concurso em 1974, mas na verdade estou dentro da USP desde 1953. Entrei através de vestibular em 1953, terminada a graduação não havia naquela ocasião curso de mestrado e doutorado mas havia um curso de especialização, e eu fiz algumas especializações. E logo em seguida fiz a livre-docência e nunca mais saí. Então na verdade estou dentro da USP desde 1953. Já vi muita coisa.

Revista Adusp- Que cargos o sr. já exerceu?

Dallari- Entre outras coisas eu fui diretor da Faculdade de Direito. Era um cargo que gostaria muito de exercer, exatamente porque me considero intelectualmente um filho daquela faculdade. Muito francamente, sempre achei que ser diretor da Faculdade de Direito era mais importante do que ser reitor da USP. Não que eu menospreze o cargo de reitor, mas é que de Direito e de Faculdade de Direito eu entendo, então achava que podia fazer alguma coisa no sentido de melhorar, de atualizar métodos, de dar condições melhores para os

professores, os alunos, e acredito que tenha conseguido efetivamente isto. Só para exemplificar: como diretor, e tendo o apoio do reitor Goldemberg, eu consegui verba para construir um edifício anexo ao prédio tradicional da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na verdade, esse prédio continha em si vários objetivos. Um deles era o aumento de espaço, porque o prédio tradicional foi planejado e construído em 1932. O número de alunos de lá para cá aumentou muito. Em 1932 não havia curso noturno, a biblioteca era muito menor, não existiam departamentos. Assumi a diretoria em 1986, as instalações eram insuficientes, inadequadas. Antigas salas de aula tinham se transformado em departamentos. Na mesma sala havia a secretaria do departamento, a sala de reuniões e a biblioteca. Evidente que assim não dava para trabalhar, para fazer seminários, e não havia na escola uma única sala para seminários, só para conferências. Porque em 1932 a idéia de uma aula era uma conferência. Na verdade o que pretendi foi a ampliação de espaço, mas criar espaço adequado para a indução de novos métodos de trabalho e de ensino. Isso efetivamente posso afirmar que consegui. Conseguimos colocar lá 21 salas para seminários, e o que verifico hoje é que muitos professores estão usando, mudaram sua metodologia, e os professores novos que vêm chegando já têm o seu espaço adequado. Além disso, no prédio antigo não havia uma única sala de trabalho para o professor. Ficava estra-

no isso: o professor em dedicação integral e não tem uma sala de trabalho? O professor era obrigado a atender alunos e outras pessoas nos corredores, ou atender na grande sala dos professores, onde nos intervalos os professores se reúnem para conversar e tomar um cafezinho. Evidente que isso era inadequado também. Então acho que consegui ser diretor razoável. Além do mais, quando assumi não havia um único computador na Faculdade. Quando saí, tinha informatizado toda a administração e já tinha iniciado a informatização da biblioteca. Criei também uma videoteca, achei que era importante termos uma coletânea de palestras, de seminários, para que se faça a discussão em torno disso. Trabalhei muito no sentido de mudar métodos, de dar um sentido mais dinâmico, crítico e com a participação do estudante. Dessa maneira marquei minha passagem pela diretoria da Faculdade de Direito.

Revista Adusp- Professor, o motivo principal desta nossa conversa é a CERT: são as atividades que a CERT vem desempenhando e que vêm provocando grande insatisfação dos docentes pelos métodos que esse organismo vem adotando. Então, para começar, o sr. deve ter recebido o parecer da assessoria jurídica da Adusp, gostaríamos de saber sua opinião sobre as questões que esse parecer suscita.

Dallari- Eu mesmo já fui membro da CERT, conheço algumas coisas que acontecem na CERT, como acontecem, e alguns pontos

precisariam ficar mais claros e atualmente não estão. Na verdade, a própria idéia de regime especial de trabalho, que justifica a existência da CERT, para muitos não ficou clara. Quando falo muitos, incluo docentes da USP e também membros da CERT. Assim, enfrentei esse tipo de problema: o docente que entende o regime especial como uma possibilidade de ganhar mais, pura e simplesmente. Quer dizer, não encara como uma nova responsabilidade. Se ele vai ganhar mais é porque vai trabalhar mais e vai trabalhar diferente. O envolvimento dele em pesquisa não se exige em RTP, mas a partir já do RTC é indispensável, e no RDIDP muito mais. E também qual é a diferença entre uma dedicação integral e uma dedicação exclusiva. Que significa uma dedicação integral física, ou uma dedicação integral que mesmo que não seja física esteja sempre presente, que implique sempre a prioridade para a USP. Essas coisas nunca foram tornadas muito claras, e hoje estão fazendo falta: especialmente por causa de conflitos que tem havido, seria muito importante estabelecer isso. Por exemplo, participei de discussões em que docentes de algumas áreas — dou sempre um exemplo, da Matemática — afirmavam que o único regime verdadeiramente universitário é o RDIDP, e eu jamais concordei com isso. Eu, que estou em RDIDP há muitos anos, decidi isto exatamente quando fui diretor: achei que só seria bom diretor se tivesse uma dedicação integralíssima. Uma das coisas que fiz foi fechar meu escri-

tório de advocacia. Fechei. Depois terminei o meu mandato de diretor, a prefeita Luiza Erundina me convidou para secretário, que era outra atividade de dedicação integralíssima, e a conseqüência é que nunca mais reabri meu escritório de advocacia. Mas do ponto de vista normal, de atividades comuns, o professor de Direito, para ser um

“A CERT adotou alguns critérios que são modismos, e se limitam a uma verificação quantitativa. E também qualitativa, quanto ao tipo de trabalho: por exemplo, a quantidade de publicações. Parece que é um dado religioso. Se for publicação no exterior, consagra qualquer um. É absurdo. É colonialismo cultural”

bom professor, deve ter atividades fora da universidade. Ele deve saber o que está acontecendo nos tribunais, se não ele vai ensinar o Direito dos livros e não o Direito da verdade, da prática. Ele tem que saber o que é que o Ministério Público está fazendo, até a Polícia. Então ele tem que ter algum contato com a advocacia. O que não impede que ele tenha uma dedicação integral e dê efetivamente a prioridade à USP, que ele oriente pesquisas, que ele receba alunos, e que ele participe da administração

da escola. Então é diferente do professor que vai ter essa dedicação integral física, significando que ele vai chegar na escola de manhã e vai ficar lá até a noite. Em algumas atividades isso é possível, talvez até seja bom, mas em outras não é o ideal. Por isso acho necessário que se faça uma discussão, para tornar mais claro o que é o regime. Porque na verdade esses regimes especiais foram criados há muito tempo, em outra circunstância, e agora estamos vendo que há muita incompreensão, e é necessário então rediscutir a questão.

Revista Adusp- Tem havido, professor, uma série de conflitos entre, digamos, a opinião do Departamento, e eventualmente a opinião da Congregação, e a opinião da CERT. Os departamentos têm um procedimento na renovação dos contratos. Claro que isso era até algum tempo atrás circunscrito aos famosos precários, que aliás tivemos a oportunidade de debater alguns anos atrás. Hoje, ao que parece, está havendo, vamos chamar assim, uma certa ofensiva da Reitoria não somente sobre os professores precários, mas sobre todo e qualquer docente cujo currículo ou relatório de atividades por alguma razão passe pela CERT. Queremos saber sua visão dessa relação: o Departamento tem certa opinião sobre o docente, a Congregação tem certa opinião, e a CERT eventualmente entra com outros critérios, outras questões.

Dallari- Pelo que eu tenho visto, lido, e atualmente acompanha-

do com interesse, porque faço parte da USP, a CERT adotou alguns critérios que são da moda, são modismos, e que se limitam a uma verificação quantitativa, praticamente isso. E também com a qualitativa, em certo sentido, muito mais quanto ao tipo de trabalho. Assim, por exemplo, a quantidade de publicações. Parece que é um dado religioso. Além disso, se for publicação no exterior, consagra qualquer um. Isto é absurdo. Para usar palavras um pouco pesadas talvez, é colonialismo cultural. Quanta coisa de péssima qualidade se publica nos Estados Unidos. E quanta coisa de ótima qualidade se publica no Brasil. O fato de haver publicação no exterior não devia significar grande coisa. Pela minha própria experiência pessoal eu sei disso: quem tem amigos no exterior tem facilidade para publicar. Podemos ter alguém que produza coisas ótimas e que não publique no exterior. Então é um critério que, se for aplicado com exagero, leva à injustiça. Não faz a verdadeira avaliação. Outro aspecto que também me tem chamado a atenção, mas que não é novo, porque já no meu tempo da CERT acontecia: a supervalorização da pesquisa. Isso também é completamente distorcido. Há séculos que as pessoas escrevem livros tendo pesquisado. Pesquisa não é novidade. Se eu pego um livro de Maquiavel, a quantidade de informações que ele tem sobre os povos da Antiguidade, sobre os procedimentos dos governos, só pode ser fruto de pesquisa. Não foi por intuição, não foi por acaso que Ma-

“É fundamental a opinião do conselho do departamento. Porque ele é o fiscal permanente. É quem tem o contato direto com o docente, sabe o que cada um está fazendo, como sabe também das necessidades do departamento. Disso também a CERT deveria se lembrar. Talvez até se pudesse dizer: respeitar mais as decisões dos conselhos de departamento”



quiavel disse aquilo, que tem comprovação na História. Então pesquisa não é nada de novo. O que há são certos métodos, certas convenções a respeito de como pesquisar. E o problema que se tem colocado, e este eu já enfrentei quando era membro da CERT, é que se valoriza muito pouco a atividade docente. É como se dar aula não tivesse importância. O importante é pesquisar. E eu estou muito convencido, e a experiência comprova isso, de que sem boas aulas não há bom pesquisador. É impossível. O pesquisador tem que ter conceitos firmes. Tem que saber do que ele está falando. Tem que ter discutido, inclusive, a conceituação, além de ter refletido sobre ela. E isso não se faz através da pesquisa, a pesquisa vem depois. Ele pode até, através da pesquisa, contribuir para reformular conceitos, mas a conceituação bá-

sica tem que vir antes. Então é muito importante alguém que dê aulas. E na USP se tem verificado isso: que especialmente quando se trata de turmas mais numerosas o docente foge dessa atividade. Mas ele foge porque além de ser uma atividade muito mais trabalhosa é pouco valorizada. Isso também teria que ser repensado: a atividade de docência, dar aulas, é fundamental. Não se começa com a pesquisa e não tem sentido, é inviável, uma boa pesquisa se alguém não tiver aprendido antes. Esse é um dos problemas que estão colocados, pelo que tenho visto: a CERT valorizando demais a produção de artigos, a produção de pesquisa, o que acaba resultando numa verificação apenas quantitativa. Para acrescentar mais um dado, e que não é novidade, porque nós todos que estamos trabalhando na Universidade sabemos disso, existem

as famosas associações de pesquisa: eu ponho seu nome no que eu fizer, você põe o meu nome no que você fizer. Então temos gente com uma produtividade fantástica. É impossível. Mas é por causa dessa circulação de nomes e de favores. É uma associação, na verdade. Uma fraude, mas uma fraude que em parte é instigada, se não justificada, pela supervalorização da pesquisa e da publicação. Então, “como é isto que vai ter valor, eu quero pôr meu nome nisto”. Não importa se eu faço ou não.

Revista Adusp- Uma pergunta mais específica em relação aos casos em que a CERT tem se envolvido: na realidade, o que ocorre e tem ocorrido nos últimos anos é que contrariamente às decisões do departamento e da unidade, de manter o docente por exemplo em regime de RDIDP, a CERT segundo seus critérios — que são muito pouco claros — decide tirar esses docentes do regime integral, baseada fundamentalmente nesta análise de número de *papers*, artigos publicados no exterior. Isso, claro, gera muito constrangimento, muita indignação em todas as unidades. O que parece é que a própria regulamentação da Universidade não confere à CERT esses poderes. O artigo 201 do Regimento Geral diz com clareza que a decisão da mudança de regime de trabalho deve ser do conselho do departamento, e aí sim passar pelas instâncias superiores para que elas dêem o aval, anuam sobre isso. No entanto, ela tem feito isso, e vários colegas têm perdido o tempo integral.

Dallari- Essa questão envolve aspectos jurídicos que são fundamentais. Antes de tudo é preciso lembrar que o docente está ligado à Universidade por um contrato, e o contrato gera direitos e obrigações para as duas partes. Quer dizer, não é possível uma mudança de cláusula contratual pela vontade de uma das partes. A legislação da Universidade fixa as condições para que alguém entre no regime especial, e estabelece algumas regras para que alguém saia do regime especial. Mas, quando alguém é admitido no regime especial, esse regime faz parte do contrato: então isto é ao mesmo tempo um direito do docente e uma responsabilidade do docente. Por essa razão, não cabe uma eliminação do docente de um regime sem que haja uma razão objetiva e demonstrada. Não é possível, por um critério absolutamente subjetivo, eliminar alguém. Ou por motivos que não fiquem claros. O motivo tem que ser esse: o regime exige certas coisas e o docente não está cumprindo sua obrigação. Mas também nesse caso é importante lembrar a opinião do conselho do departamento. Na verdade, o primeiro fiscal do cumprimento das obrigações do regime é o conselho do departamento. Eu já ouvi o argumento, que volta e meia aparece, de que há uma espécie de corporativismo, de ação entre amigos dentro do departamento: o departamento tolera o docente que não cumpre rigorosamente suas atribuições. Quanto a isto, eu diria que é mais do que tempo no Brasil — não é só na Universidade, mas

também na Universidade — de invertermos o critério. Nós partimos do pressuposto de que todos são desonestos até prova em contrário. O pressuposto tem que ser exatamente o oposto disso: todos são honestos até prova em contrário. Por que digo isso? Porque há essa idéia, que é um preconceito, e é um pressuposto, de que o docente é desonesto e que vai ser apoiado por outros desonestos. Então ele só fica no regime especial para ganhar mais, ninguém vai exigir nada dele, e o departamento vai tolerar. Isso pode acontecer, mas é excepcional e não deve ser o pressuposto. O pressuposto é exatamente o contrário. O docente que pediu para entrar ou que ficou no regime especial está consciente de que tem mais responsabilidade, e o departamento é quem decide sobre a distribuição do tempo do docente, sobre as tarefas que ele vai executar. Isso tudo é competência do conselho do departamento. Em caso de dúvida, é razoável que a CERT peça esclarecimentos, peça comprovação. Aliás, quando se trata de renovação, ou entrada e saída em regime, ou quando acontece qualquer coisa que coloca o docente sob a verificação da CERT, isso sempre é feito mediante documentação. O docente muitas e muitas vezes, para muitas razões, é obrigado a dizer o que está fazendo, como está fazendo, onde está fazendo. Então existe, sim, um controle que é permanente. Isso não significa eliminar a CERT. Porque poder-se-ia dizer: “Bom, se é assim, então o departamento é quem vai fazer o controle, não é

preciso que haja a CERT”. É preciso que haja a CERT, porque há uma diversidade muito grande de situações na Universidade. Há uma diversidade de critérios segundo as especialidades, por exemplo exigir uma dedicação integral numa matéria como Física é diferente de dedicação integral em Música. Por isso existe a necessidade de um órgão central com certos critérios mais genéricos, não mais específicos, critérios mais genéricos e que deverão ser uniformes, objetivos e claros. Sobretudo claros. Isso é o que me parece que está faltando. Há critérios que ninguém sabe de antemão quais são e com frequência se tem a impressão de que num determinado processo se resolveu aplicar determinado critério. Quer dizer, não é o critério uniforme, previamente conhecido, que se aplicará a todos. Isso faz com que a decisão da CERT passe a ser uma decisão arbitrária. Aí há uma diferença em Direito que é fundamental: a distinção entre o discricionário e o arbitrário. O arbitrário é contra a lei: é fora da lei, despreza a lei. Isso não se admite. Nenhuma autoridade pode decidir arbitrariamente. O discricionário é aquele direito de tomar decisão em relação a uma área, uma parte da atividade, que não se poderia prever antes, que não é sujeita ao regulamento escrito. Por exemplo: devem existir regras a respeito de quando um policial deve usar sua arma. Entretanto, o policial na madrugada, perante um assaltante, tem poder discricionário. Não há uma regra específica para dizer: quando a rua

não estiver bem iluminada, se estiver sozinho, se houver tal e tal circunstância, então pode usar a arma. A lei não desce a esse pormenor, o regulamento não desce. Aí sobra uma parte de poder discricionário. Então, em relação à CERT, é preciso que haja certas regras, certas normas, previamente

“Os reitores foram mudando a composição da CERT, orientando a CERT num determinado rumo. A visão que a unidade e o departamento têm não é exclusivamente administrativa, nem deve ser. É a visão científica, a visão da docência. A CERT está muito distante disso, muito influenciada por critérios puramente administrativos. Isso cria um conflito inevitável”

publicadas, conhecidas de todos, e que se sabe que serão as regras que vão nortear as decisões da CERT. Depois, a partir disso, dentro dessas regras, é que a CERT deverá observar a situação particular de cada docente. Mas aí é fundamental a opinião do conselho do departamento. Porque ele é o fiscal permanente. É quem tem o contato direto com o docente, sabe o que cada um está fazendo, como sabe também das necessidades do departamento em cada circunstân-

cia. Porque muitas vezes acontece isso: o docente é obrigado a mudar de atividade, às vezes tem acontecido até de interromper determinada pesquisa. Por quê? Porque há um fato novo, um docente que morre, que viaja ou que pede licença e obriga à redistribuição de tarefas no departamento. Isso tudo acontece no departamento e o departamento é quem tem a responsabilidade pela vigilância disso e pelo controle. Disso também a CERT deveria se lembrar. Talvez até se pudesse dizer: respeitar mais as decisões dos conselhos de departamento.

Revista Adusp- Mas essa importância que a CERT de certa maneira tem na sua visão cabe no atual modelo? Porque no atual modelo, o senhor sabe, o reitor escolhe os treze. De certa maneira, os treze viram juizes de alguma forma. Será que dá certo esse modelo, nesse sentido mais democrático, de respeito ao departamento? Dá para compatibilizar isso ou tem um certo erro...

Dallari- Pela maneira como as coisas vêm acontecendo, seria muito bom que o próprio Conselho Universitário discutisse as comissões de regimes especiais. Quais são os critérios? Quem vai escolher os membros? Com a necessidade de se fazer uma distribuição dos membros entre diferentes setores da universidade, exatamente para que tenha sempre alguém que conheça o setor e seja capaz de prestar esclarecimentos. Mas sem dúvida alguma é muito importante que haja uma participação maior

da comunidade universitária até na escolha dos membros da Comissão Especial, especialmente porque essa comissão, além de influir na vida do docente, pode influir enormemente na vida do departamento. Ela pode atrapalhar o departamento. É necessário que haja, a palavra pode soar um pouco forte, uma *democratização* da composição e das decisões da CERT.

Revista Adusp- Professor, recentemente houve o caso do Instituto de Geociências, em que há um conflito claro entre o conselho do departamento e a própria unidade como um todo, que avalia positivamente os relatórios de quatro docentes, e a CERT, que diz: “Não, eu quero reformar o regime de trabalho desses docentes”. Como é possível superar esse conflito? Quer dizer, há uma lacuna aí...

Dallari- Pois é, por situações como essa é que seria importante discutir a própria CERT. Rediscutir critérios. Porque tudo foi de certo modo se modificando sem que alguém dissesse por que modificar, como modificar. Tudo foi ao sabor dos acontecimentos. Os reitores foram mudando a composição da CERT, foram orientando a CERT num determinado rumo, a CERT foi ficando muito mais presa a critérios administrativos do que a critérios científicos e acadêmicos. A visão que a unidade e o departamento têm não é exclusivamente administrativa, nem deve ser. É a visão científica, é a visão da docência, é a visão da administração da unidade em função das suas peculiaridades. A CERT está muito distante disso. Ela está sen-

do atualmente muito mais influenciada por critérios puramente administrativos. Isso cria um conflito inevitável. É a avaliação da mesma realidade sob critérios que são muito diferentes.

Revista Adusp- Tomando um contexto mais amplo: um docente efetivo, que esteja no regime de dedicação integral há vinte anos. Que garantias ele tem, constitucionais, para continuar fazendo seu trabalho? Ele recebe um certo salário, tem um certo conjunto de compromissos, e digamos que o departamento acha que ele está trabalhando bem. Ele tem alguma garantia constitucional geral, do ponto de vista trabalhista?

Dallari- Ele tem toda a garantia jurídica, porque, como já mencionei, ele está ligado à Universidade por meio de um contrato. Contrato é um acordo de vontades que gera direitos e responsabilidades para as duas partes. No momento em que ele foi admitido no regime especial, ele assumiu a responsabilidade, ele cria o direito. Então, em princípio, ele tem esse direito adquirido em caráter permanente. É preciso que se comprove que ele não está cumprindo a sua responsabilidade, os seus deveres, para que ele possa ser retirado. Se o professor tem um certo padrão de vida e tem toda a sua atividade direcionada para a Universidade, de repente passa a ganhar menos, é claro que isso pode causar problemas sérios para a pessoa e para sua família. Então por isso é que existe o direito adquirido e a possibilidade de discutir no judiciário o res-

peito a esse direito. Em princípio, o docente que entrou no regime especial não pode ser retirado. Para ser retirado, é preciso que previamente se comprove que ele não está cumprindo as suas obrigações.

Revista Adusp- Essa comprovação teria que ser algo próximo de um processo administrativo ou simplesmente uma autoridade dizer “acho que você não está cumprindo”, como de certa maneira tem sido?

Dallari- Não, isso exige o processo administrativo, inclusive com o direito de defesa. Aliás é expressão da Constituição o direito à *ampla defesa*. Porque é alguém que está ameaçado de perder um direito. E a perda de direitos tem que ser plenamente justificada e tem que ser precedida do direito de defesa. No caso, concretamente: a CERT decidiu que vai tirar um docente de regime especial: é preciso que haja documentos, que haja provas, de que realmente o docente não cumpre as suas obrigações. É preciso ouvir o departamento, porque a própria legislação da USP dá um papel importante ao departamento no acompanhamento do trabalho do docente. Então é preciso saber do departamento, ouvir o departamento e até, eu diria, reiterar ao departamento o pedido de esclarecimentos. E se a CERT chega a uma situação em que ela diz: “Bem, o departamento diz que o docente está cumprindo suas obrigações, mas nós concluímos que não”, então ela consulte o departamento, diga quais são os motivos

da sua divergência. E dê, inclusive, oportunidade ao departamento de se justificar. Porque, sem dúvida alguma, quando existe esta divergência, ela está levantando dúvida sobre a idoneidade do departamento.

Revista Adusp- É um julgamento, quase, do departamento.

Dallari- Quase do departamento. Porque ela está recusando uma decisão do departamento. Então é preciso que o departamento também seja ouvido sobre isso, além do docente, sem dúvida alguma, porque um direito adquirido está sendo ameaçado.

Revista Adusp- Nessa mesma linha, a garantia constitucional contra a redução de salário também beira essa questão?

Dallari- Também tem um papel, apesar de que se diz que o salário é uma coisa, e o acréscimo decorrente do regime especial é outra. Mas na verdade, ingressando no regime especial, o docente adquire o direito ao salário maior. Então tem natureza salarial. Não é um prêmio, não é um presente. É uma remuneração por serviço prestado, e em princípio também é irredutível.

Revista Adusp- E isso independentemente de o contrato ser precário ou o docente ser concursado?

Dallari- Exatamente. Porque de fato é um contrato de trabalho, não importa se é efetivo, se é precário. A proteção que o efetivo tem é muito maior, mas de qualquer maneira em relação à remuneração



“Retirar um docente do regime especial exige processo administrativo, inclusive com direito à ampla defesa. Porque é alguém ameaçado de perder um direito. Se a CERT decidiu que vai tirar um docente de regime especial é preciso que haja documentos, provas, de que o docente não cumpre as suas obrigações. É preciso ouvir o departamento”

neração valeria para os dois, porque é um contrato. E um contrato tem que ser respeitado pelas duas partes. O que não se pode admitir é uma mudança por decisão de uma das partes sem que esteja prevista essa possibilidade de mudança, essa hipótese de mudança.

Revista Adusp- A CERT não pede relatórios para todo mundo.

Na verdade os relatórios são feitos, no caso dos precários, quando há renovação de contrato ou quando há discussão sobre seu estágio probatório em RDIDP. Ou então os efetivos, quando fazem algum pedido especial, ou de uma certa assessoria, ou um pedido de afastamento. Não tem aí um certo caráter discricionário? Porque há uma espécie de incentivo a você ficar quieto no seu cantinho, como alguém anônimo na multidão. Essa avaliação não teria um pouco desse viés? Como o Direito vê essa questão, de que na verdade ela fiscaliza quem “levanta a mão”, por alguma razão? Somos 4.700 professores, são treze membros da CERT. Temos um monte de gente para ser avaliado por treze colegas, que a rigor deveriam avaliar em conjunto os processos, e a gente sabe que há uma prática — e talvez até o senhor possa dar a experiência do seu tempo lá — de o relator relatar e os outros em geral concordam com o relator. Sentimos muito, nas decisões de comissão na Universidade, isso de o parecer do relator ser aprovado por unanimidade. Será que esse sistema não é discricionário, ou arbitrário?

Dallari- Até por motivos de ordem prática, não existe a possibilidade de ficar o tempo todo vigiando a todos. Por isso é que se dá a atribuição ao conselho do departamento. O conselho sim, que trabalha diretamente com o docente, com pequenos números de docentes, tem a possibilidade, tem o dever de fazer a vigilância permanente. Agora, em relação à CERT, o

que se prevê é a vigilância em certos momentos determinados. Isso entra numa rotina, e o fato de haver um relator também, por si só não invalida o processo. Porque esse é o sistema que se usa em todos os tribunais. Porque não há condições práticas, nem seria razoável exigir que todos leiam todos os processos. Naturalmente há o pressuposto de confiança, de seriedade. Aquele que vai relatar supõe-se que vai examinar, que vai fazer uma exposição, uma síntese objetiva daquilo que consta no processo, e assim ele relata. Mas isto não impede os outros membros de fazerem pedido de esclarecimentos, e até mesmo de pedirem vista do processo, adiando a decisão. Eu mesmo participei de muitas reuniões da CERT em que isso aconteceu. Quando havia dúvida e divergência, quando parecia que as coisas não eram claras, não era raro que um dos membros pedisse mais esclarecimentos. Ou pedisse esclarecimentos ao próprio relator, querendo saber: “Mas não consta mais isso? Sobre esse aspecto, que é que consta?” Ou às vezes se decidia pedir ao interessado, ou ao departamento, que acrescentassem informações. O que não é razoável é se estabelecer um sistema em que, em todos os processos, todos vão acompanhar o relator. Se isso acontecer está demonstrado que não há vigilância. Porque a obrigação de todos é ficarem atentos e se for o caso pedir mais esclarecimentos ou divergir do relator. Não é normal essa rotina de todos acompanharem o relator. Quanto ao outro aspecto,

de só se fazer a vigilância em certos momentos, não me parece que seja um erro, exatamente pela impossibilidade de fazer uma verificação permanente de todos.

Revista Adusp- Na verdade, esse sistema no fundo teria um pressuposto de maior confiança, de maior delegação, lá no conselho de departamento e na unidade. Porque se não ele passa a ser injusto, no sentido de que quem não se mostra não é visto.

“Considero mais necessária do que nunca uma rediscussão da própria CERT: qual é seu papel, como se compõe, que critérios ela vai utilizar. Fomos sofrendo uma série de distorções, isso foi ficando quase que um sistema à parte. Então qualquer docente está sujeito amanhã a sofrer uma punição, uma perda de direitos, sem saber bem por quê”

Dallari- Mas não é bem assim. A idéia é que o conselho do departamento, que tem as condições práticas, faça a vigilância permanente. É possível, fácil, no nível do departamento, saber quem é que comparece, quem é que dá as aulas, quem é que está pesquisando, quem faz qualquer coisa, ou participa da administração. No âmbito do departamento é fácil isso. O

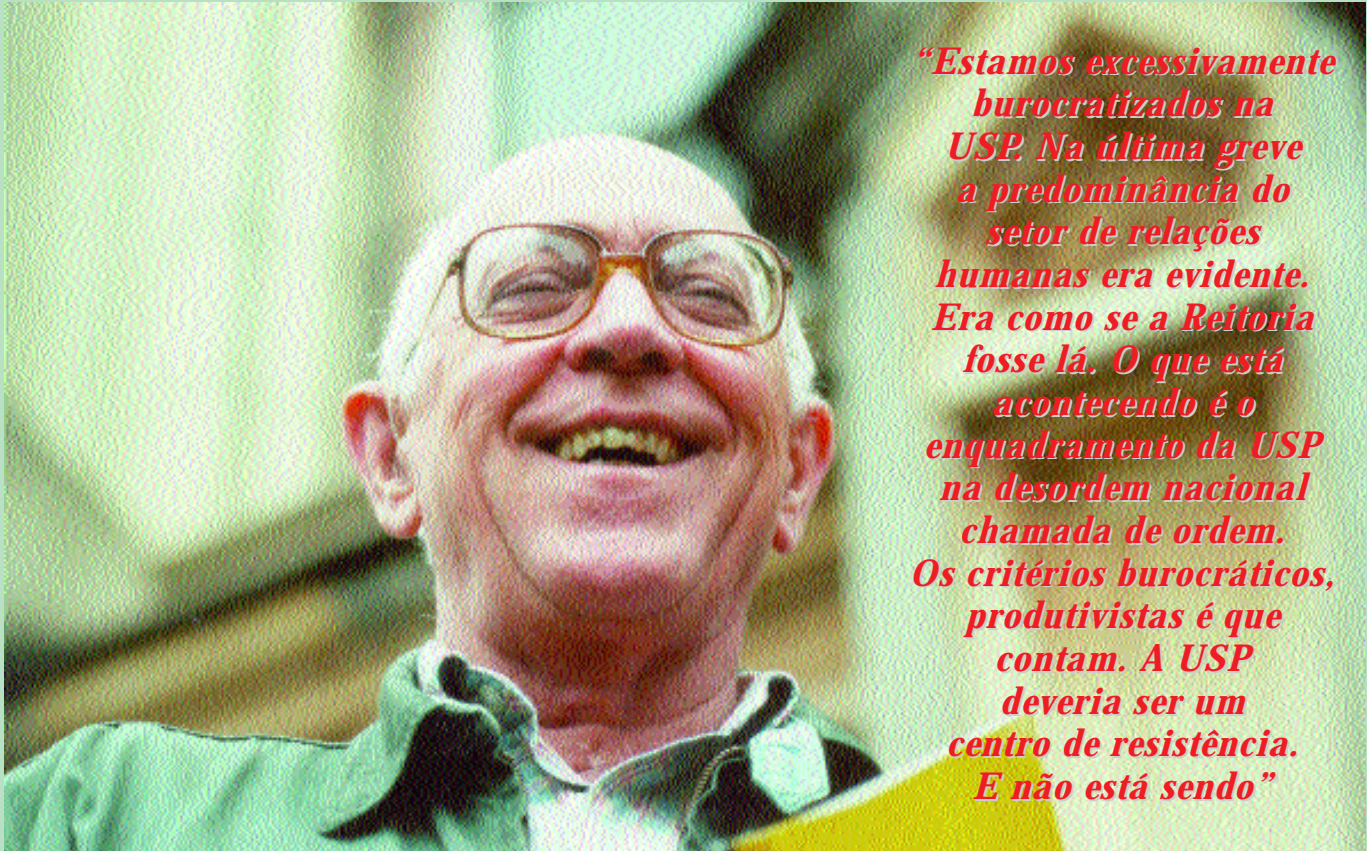
departamento tem obrigação de fazer esta verificação. Por isso, de certo modo se justifica que a CERT só em ocasiões especiais tome conhecimento.

Revista Adusp- Está na legislação da Universidade que a CERT pode a qualquer tempo pedir relatório aos docentes. Isso não é incompatível com a idéia de que a priori se tem que confiar que as pessoas estão fazendo seu trabalho de forma adequada?

Dallari- É, se for a qualquer momento realmente não se justifica. É preciso que haja alguma razão objetiva que justifique. Se não, abre caminho para perseguições e para uma diferenciação que passa a ser ilegal. Aí já não serão todos iguais perante a lei. Uns serão *mais iguais* do que os outros, dependendo de ter mais proteção ou mais inimigos. Por isto é que considero necessário, agora mais necessário do que nunca por causa desses conflitos, que houvesse uma rediscussão da própria CERT: qual é o seu papel, como ela se compõe, que critérios ela vai utilizar. Nós fomos sofrendo uma série de distorções, isso foi ficando quase que um sistema à parte. Então qualquer docente está sujeito amanhã a sofrer uma punição, uma perda de direitos, sem saber bem por quê.

Revista Adusp- Como é que o senhor tem sentido, nesses anos todos na USP, o modo como a Universidade reage o seu Direito com o direito constitucional do país?

O que me parece é que existe quase que um marasmo, um con-



“Estamos excessivamente burocratizados na USP. Na última greve a predominância do setor de relações humanas era evidente. Era como se a Reitoria fosse lá. O que está acontecendo é o enquadramento da USP na desordem nacional chamada de ordem. Os critérios burocráticos, produtivistas é que contam. A USP deveria ser um centro de resistência. E não está sendo”

formismo. Porque antes existia uma participação muito maior. Havia muito mais discussão das questões da Universidade, inclusive dos direitos. Havia mais dinamismo, mais vida, e hoje parece que se caiu numa rotina, as pessoas se envolvem muito menos. O pior é que, exatamente porque se caiu nesse ambiente de conformismo, qualquer reivindicação, qualquer queixa, é vista como um absurdo. Como um ato de extrema rebeldia, alguém querer discutir o seu direito, o que é normal. Ou apresentar uma reivindicação, também absolutamente normal. Quer dizer, a Universidade já foi um organismo mais dinâmico. Sinto assim, comparando aquilo que vi quando entrei na Universidade, quando fui membro da CERT,

membro do Conselho Universitário, com aquilo que vem acontecendo agora. Estamos muito burocratizados.

Revista Adusp- E centralizados.

Dallari- Excessivamente centralizados, mas burocratizados também. Nós sentimos isso, de maneira muito evidente, na última greve. A predominância do setor de relações humanas era evidente e absurda. Era como se a Reitoria fosse lá. Critérios absolutamente burocráticos. Isso teria que ser revisto.

Revista Adusp- Às vezes brincamos que a USP é como um principado: tem a lei do país, do Estado, tem a Constituição, mas aqui a gente faz a lei.

Dallari- Isso não é bem assim, porque o que está acontecendo na USP é exatamente o enquadramento dela nessa desordem nacional chamada de ordem. É um sistema supercentralizado, os critérios burocráticos, econômicos, produtivistas é que contam, e se transpôs isso para dentro da USP. É exatamente um enquadramento que não deveria existir, a USP deveria ser um centro de resistência. E não está sendo.

Revista Adusp- Toda a mecânica mesma de decisões do próprio Conselho Universitário possibilita muito pouca discussão. Hoje os conselheiros falam só uma vez sobre cada tópico. O famoso expediente tem ficado para o final da pauta, quando muitos conselheiros, principal-

mente aqueles do interior, já tiveram que se ausentar.

Dallari- Essa é uma praxe absurda, que foi adotada inclusive na Faculdade de Direito. Transferir o expediente para o final da pauta é uma forma de impedir discussões. E isto é que chamo de burocratizar, porque o momento político é o momento do expediente, em que cada um levante temas novos. Claro que se alguém quiser propor alguma coisa para uma tomada de decisões, aí terá que pedir para entrar em pauta. Mas é diferente de alguém pedir a palavra para discutir uma questão importante que surgiu naquele momento, é da ordem do dia. O que se está fazendo é exatamente essa burocratização. Temos que esgotar a pauta, temos que agir burocraticamente, e aquilo que é discussão aberta, ampla, acontecerá se der tempo. E normalmente muita gente já foi embora, e há um certo cansaço no final, depois de algumas horas de decisões, isso tudo. E o que acontece é que desaparece esse momento de crítica, que é fundamental.

Revista Adusp- Por conta dos processos dos docentes do IG, a Comissão de Legislação e Recursos emitiu um parecer em que é dito explicitamente que o reitor, por ele ter a incumbência de mandar publicar as decisões de contratações, nomeações etc., poderia sim tomar uma decisão à revelia das decisões tomadas nos conselhos, unidades e até na CERT. Este parecer aborda outras coisas, mas particularmente coloca na

mão do reitor poder real, de algum jeito, e estará em pauta na próxima sessão do Conselho Universitário, provavelmente. A aprovação de um parecer como esse não seria quase anular a participação do Conselho Universitário nas questões da Universidade?


Dallari- Sem dúvida. Porque a Reitoria é o órgão executivo, mas não deliberativo. Claro que há uns tantos assuntos administrativos que ficam na dependência da decisão do reitor. Mas esses assuntos, que são objeto de discussões e decisões em colegiado, não podem, lá no final, ficar dependentes da vontade arbitrária do reitor. Isso realmente anula todo o procedimento. E seria interessante que esse parecer fosse amplamente divulgado antes, até para motivar os membros do Conselho Universitário, para que eles percebam a que ponto estamos chegando. Mas aí mais uma vez vejo um reflexo dentro da USP daquilo que acontece fora. Se verificarmos qual é o papel do Congresso Nacional no Brasil hoje, ele não tem papel. Quem é que legisla? É o presidente da República. Quem é que decide sobre os acordos internacionais? É o presidente da República. Embora a Constituição diga que o Congresso é que tem a última palavra, ele não tem. E o risco é isso: transpor exatamente esse esquema para dentro da Universidade. Então a reunião do Conselho Universitário fica uma formalidade burocrática. Isto não pode acontecer.

Revista Adusp- Na sua época de

diretor da Faculdade de Direito, ocorreram conflitos entre departamentos e a CERT?

Dallari- No caso da Faculdade de Direito não, porque eram raríssimos os professores em regime especial. Aliás quando fui diretor uma das coisas que fiz, em parte consegui, foi pedir aos professores que entrassem pelo menos em RTC. Porque eram raros os professores em regime especial. Então raramente tínhamos conflitos. Mas, além disso, não me lembro de nenhum caso em que uma decisão de departamento não tivesse sido acolhida pela CERT. O normal é o acolhimento. Deveria continuar sendo, porque o pressuposto é que o departamento, que está acompanhando mais de perto, sabe melhor quem é que está cumprindo o seu dever.

Revista Adusp- O senhor não acha que a USP está precisando de um banho de democracia?

Dallari- A USP está precisando de um banho de dinamismo. Ela caiu num marasmo. Ela precisa se rediscutir, discutir a sua própria organização, recolocar na discussão as grandes questões. Nós passamos a discutir se tem dinheiro ou não tem, onde é que se vai cortar a despesa, se contrata ou não em função de orçamento. Então isso é muito desanimador e justifica também tantas aposentadorias e tanto desinteresse pela Universidade. Há um evidente desprestígio. Tudo como consequência desse estado de coisas. É preciso trazer um pouco mais de rebeldia à Universidade. 

IV CONGRESSO DA USP

UNIVERSIDADE,
VISÕES ANTAGÔNICAS

O IV Congresso da USP será realizado em 2001. Seu lançamento público ocorreu no último dia 20 de setembro, com a realização de um debate entre o economista Luis Carlos Bresser Pereira e a filósofa Marilena Chauí, em torno do tema “Que Universidade Queremos: Crítica ou Produtivista?”. Certamente, os debatedores são bem representativos dos campos que se confrontam neste debate.

O ex-ministro Bresser, que é professor da Fundação Getúlio Vargas, foi um dos principais formuladores da reforma do Estado implantada pelo governo federal desde 1995 e o autor da proposta de “organizações sociais”.

Marilena, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, vem-se destacando no panorama intelectual brasileiro como tenaz opositora da hegemonia conservadora, tendo exercido o cargo de secretária municipal de Cultura de São Paulo durante a gestão Erundina. Como se verá nas páginas seguintes, Bresser rejeita a oposição *crítica x produtivista* adotada como mote do debate, condena o sistema universitário público estatal por ineficiência, considera que a maioria dos professores universitários trabalha “pouquíssimo” e defende a implantação de uma reforma institucional que possa conferir às universidades competitividade e autonomia financeira, dentro do modelo americano ou inglês. Marilena, por sua vez, declara que compreender a determinação do saber pelo mercado (ou pelo capital) não implica em submeter-se passivamente a essa determinação, cabendo, antes, resistir a ela e combatê-la. Reitera que a universidade pública gratuita é um direito historicamente conquistado. E sustenta que a luta pela autonomia do saber exige estratégias de enfrentamento da burocracia estatal “de tipo empresarial” que rege a USP nos dias de hoje.

BRESSER PEREIRA

REFORMA INSTITUCIONAL, COMPETITIVIDADE E AUTONOMIA FINANCEIRA



Quero em primeiro lugar agradecer aos organizadores deste Congresso, pelo convite. É um prazer poder debater com vocês e especialmente com a professora Marilena Chauí. Eu estava contando à professora Marilena, que conheço há muitos anos, que no ano passado eu passei o segundo semestre em Oxford, depois de ter saído do governo. E em Oxford escrevi um *paper* que chamava-se “Incompetência e *Confidence Building* (é melhor falar em inglês esse *Confidence Building*) Por Trás da Quase Estagnação da América Latina nos Últimos Vinte Anos” (N.R.: esse artigo, *Incompetence and Confidence Building Behind Latin America's 20 Years Old Quasi-Stagnation*, está disponível no site www.bresserpeireira.ecn.br).

O objetivo do *paper* era explicar fundamentalmente, como o próprio título já diz, por que a América Latina, que entrou numa profunda crise no início dos anos oitenta, demorou tanto tempo a sair dela, até hoje não saiu e por que então dessa forma permaneceu praticamente estagnada.

O crescimento da América Latina nos últimos vinte anos foi de 0,5% ao ano de renda per capita, enquanto os países da OCDE continuavam crescendo a 2,5% ao ano, cinco vezes mais. Expliquei que isso se devia em grande parte à incompetência dos economistas, e não só incompetência dos economistas mas também incompetência que era técnica, incompe-

tência que era emocional, medo, arrogância, de um lado; e de outro lado era também a prática do *Confidence Building*, de pensar, imaginar que Washington, Nova Iorque tenham o saber universal e adotar as políticas que eles sugerem sem crítica.

Quando apresentei esse *paper* — primeiro apresentei para um grupo de amigos meus na Universidade de Nova Iorque, depois à própria Oxford — eles me per-

***Não creio que opor
universidade crítica a
universidade produtiva
seja uma forma feliz de
enfrentar o problema
que estamos
enfrentando. Não
consigo separar esses
dois objetivos, a
universidade deve ser
crítica e produtiva***

guntaram: “Mas vocês não aprendem com os seus erros”? Tomei um susto com a primeira vez, com a segunda me deixou um pouco atrapalhado ainda, na terceira comecei a pensar numa resposta para essa pergunta. Porque realmente você cometer erros, como por exemplo querer basear o desenvolvimento econômico do país em financiamento externo, ou tentar estabilizar a economia mantendo

uma taxa de câmbio completamente sobrevalorizada, e repetir o erro, isso é quase incompreensível, quer dizer, realmente você não está aprendendo dos seus erros. Mas por quê? Burros nós não somos. Por que, então, nós não aprendemos dos nossos erros? E eu achei que a explicação fundamental é que nós não sabemos fazer o debate público.

Porque o debate público é impressionante num país como a Inglaterra, eu passei lá quatro meses, e se debate tudo, o tempo todo, sistematicamente, não escapa nada do debate. Mas é um debate de verdade, porque é um debate sobre questões, jamais sobre pessoas. Nunca você diz “esse é atrasado”, “esse é neoliberal”. Não. “Esse é isso, esse é aquilo”. Isso não interessa. O que interessa é aquela questão que você está discutindo. Enquanto aqui no Brasil ninguém respeita o outro, nem um lado nem o outro. E isso é um desastre, porque quando você não respeita você cria ódio e não vai apreender nada.

O nosso problema aqui é a universidade. E a questão é quais são os objetivos da universidade. Aceitei o convite para participar de um debate na USP, patrocinado pelos professores da Universidade, com a Marilena Chauí, sobre a Universidade. Aí vi que o título é “A Universidade que Queremos, Crítica ou Produtiva”. Ou produtivista, não sei. Vou ficar com “produtiva”. Se tivesse que escolher entre uma universidade produtiva e uma universidade crítica, eu não teria a menor dúvida, prefiro uma crítica.

Nenhuma dúvida. Agora, a minha questão é que não creio que essa antítese seja uma forma feliz de enfrentar o problema que nós estamos enfrentando na Universidade. Quer dizer, opor universidade crítica a universidade produtiva. Não creio que seja por aí.

Porque, em primeiro lugar, a universidade tem que ser crítica. Se a universidade não for crítica, não é universidade. Ela tem que ser crítica em dois níveis: em primeiro lugar tem que ser crítica da própria ciência. Que é ciência? A ciência é a crítica do conhecimento atual para você avançar com ele. É isto. O velho Marx já dizia que o bom senso é o inimigo da ciência. De repente vem um cientista e avança, ele vai contra, critica as teorias existentes, critica as idéias existentes e vai adiante. Então, esse é o primeiro papel crítico da universidade, que é absolutamente fundamental.

O segundo papel é que não existem apenas ciências exatas, existem também ciências sociais, em que há valores, há crenças, há ideologias, e trata da gente, onde há injustiça, e nós vivemos num país profundamente injusto, um país subdesenvolvido, um país cheio de problemas. E ao apresentar essa sociedade, ao tentar analisar a sociedade, nos cursos de economia, de sociologia, de ciência política, de antropologia, de filosofia, você não ser capaz ao mesmo tempo de criticar o que nós temos diante de nossos olhos seria realmente uma negação de si própria da universidade absolutamente inaceitável. Não temos

sido muito críticos nem numa coisa nem noutra nos últimos anos no Brasil.

Mas que significa ser uma universidade *produtiva*? Será que você ser crítico, significa então que você não pode ser produtivo? Que é uma universidade produtiva? No meu entender, uma universidade produtiva é fundamentalmente uma universidade que produz conhecimento. Porque é para isso que a universidade foi criada, fun-

***A universidade
privada, a universidade
que visa lucro, é
para mim um aborto.
É absolutamente
inaceitável do
meu ponto de vista
de valores. Sei que
existe no Brasil,
mas em países
civilizados não tem***

damentalmente para produzir conhecimento. Então, se ela não for produtiva, no sentido de não produzir conhecimento, ela não interessa. Não é universidade. Mas não é só conhecimento: ela produz conhecimento, conhecimento novo, mas tem que produzir ensino também. Ela tem que ensinar, e ensinar com boa qualidade. Se não produzir ensino, não é uma universidade. Se não fizer publica-

ções, também não é universidade. Então, vejo que o problema de ser produtivo e ser crítico são duas coisas que se somam. Uma universidade produtiva é também uma universidade crítica.

Agora, você precisa produzir conhecimento, ensino, pesquisa, publicações de qualidade, com excelência. É isso. Quando você faz isso tem que fazê-lo criticamente: dentro da excelência está a crítica. Na análise dos problemas que você enfrenta, tem que fazer a análise dos problemas mas tem que fazer a crítica dos problemas também. São duas atitudes diferentes e que se somam, se interpenetram, isso é fundamental. Agora, se for uma universidade, por exemplo, que produz só ensino, não produz pesquisa, isso não é universidade, é um *college*. Eu não consigo separar esses dois objetivos, para mim universidade deve ser crítica e produtiva. E as duas coisas fortemente, para produzir excelência, criticamente.

Agora, há outras questões que são mais importantes, mais fundamentais, e que vão mais ao cerne da nossa crise. Que vão mais ao cerne do problema que nós estamos vivendo. A universidade deve ser pública ou privada? Isso é uma questão. Eu não tenho a menor dúvida, a mais longínqua dúvida, de que a universidade deve ser pública. Entendo que a universidade privada, a universidade que visa lucro, é para mim um aborto. É alguma coisa absolutamente inaceitável do meu ponto de vista de valores. Eu sei que existe aí na sociedade, sei que existe no Brasil, mas em países

civilizados não tem. Eu não conheço nenhuma universidade privada na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia. Privada, não conheço. Universidade que visa lucro.

Aí então, “mas o que você está entendendo por universidade pública, universidade privada?” Isso é importante. Pública é a universidade que tem objetivos públicos. Pública é a universidade que existe em função do interesse público, e não no interesse dos seus proprietários. Uma universidade que é privada é aquela que existe em função dos interesses dos seus proprietários. No mundo capitalista, as empresas são privadas. Elas existem no interesse dos seus proprietários. Para que elas ajam de forma pública, é preciso que a mão invisível do Adam Smith funcione. É preciso que, cada um defendendo seu próprio interesse, através do mercado você possa então fazer com que os interesses dos demais sejam atingidos. Mas uma empresa privada é privada, ponto final.

Tudo muito bem. Agora, transformar em empresas coisas que estão relacionadas com direitos fundamentais da humanidade, como é o caso de educação e saúde, transformar isso em privado, transformar isso em objeto de lucro, para mim é um escândalo. Para mim é inaceitável, acho que não devíamos ter. E nossa sociedade está falhando quando isso acontece. Isso em todos os níveis de ensino, no ensino básico, fundamental, no médio e no ensino superior. O ensino deve ser público.

Agora, que é universidade pública? Universidade pública é sinônimo de universidade estatal? Não, de forma nenhuma. Quer dizer, uma coisa é ser universidade estatal, outra coisa é ser pública. A estatal em princípio é pública, por definição é pública, embora ela possa ser distorcida muitas vezes e deixar de ser tão pública

Por que, ao lado de uma elite de professores de alto nível, você tem, em todas as universidades públicas estatais, grande quantidade de professores medíocres e, o que é pior, grande quantidade de professores que trabalha pouquíssimo?

quanto gostaríamos. Mas não importa. Uma estatal é sempre pública. Mas existem muitas instituições que são públicas, não estatais. A instituição na qual eu trabalho há quarenta anos, que é a Fundação Getúlio Vargas, é assim. Mas não é só isso: a Harvard University é assim, a Universidade de Chicago é assim, o MIT é assim, a Universidade de Oxford é assim, a Universidade de Cambridge é as-

sim. São absolutamente públicas. São públicas, não estatais. Então, meu entendimento é que a universidade deve ser pública, mas pode ser pública estatal ou não estatal.

Aí vem mais uma pergunta: por que a universidade brasileira está em crise? Não estou falando da USP, a USP é a melhor universidade do Brasil, é a grande universidade do Brasil, é a minha universidade, não onde eu trabalho, mas onde eu fiz a minha graduação, o meu doutorado e a minha livre-docência. Tenho o maior respeito por essa universidade, tenho mais que respeito, tenho o maior amor por essa universidade. Hoje minha atividade é exclusivamente acadêmica, podem imaginar que tenho muitos amigos dentro dessa universidade, porque ela é muito importante para o Brasil e para mim. O sistema universitário público estatal, no Brasil, está em crise.

Que crise é essa? Por quê os salários são tão baixos na universidade pública brasileira? São incrivelmente baixos. Por quê? Por que a produção acadêmica é relativamente baixa? Muito aquém do que seria razoável. Sei que a USP é melhor, mas pegue a média. Por quê o número de teses de doutorado é grande, mas a qualidade das teses de doutorado está longe de ser uma maravilha? Por quê? Por que, ao lado de uma elite de pesquisadores e professores de alto nível, você tem, em todas as universidades públicas estatais, uma grande quantidade de professores medíocres, e, o que é pior, uma grande quantidade de profes-

sores que trabalha muito pouco, pouquíssimo?

Por quê a universidade não está atraindo, como atraía antes, os melhores cérebros do país (tem alguns ainda, graças a Deus, mas não todos, não tantos quanto devia)? E por que a universidade perdeu sua capacidade crítica, que vocês querem que tenha e eu também quero, além de ter perdido sua capacidade, como nós gostaríamos, de produção de conhecimento? Que está acontecendo?

Vou oferecer a vocês duas respostas a essas questões, duas respostas que eu entendo encadeadas. Já pensei muito nisso, não estou inventando hoje, é um assunto que me preocupa muito. Penso nisso há muitos anos. Acho que está acontecendo essa crise porque a universidade pública estatal brasileira é ineficiente. Ela é vista como não produtiva. Ela tem um custo para a sociedade que é alto demais em relação àquilo que a sociedade está disposta a pagar por ela. Isto é sério, se isso for verdade. Em função disso, a universidade pública estatal brasileira vive uma crise de legitimidade. Legitimidade no sentido weberiano do termo, quer dizer, ela perdeu o apoio da sociedade. Ou perdeu o apoio que devia ter na sociedade. Ela precisava ter muito mais apoio do que tem. Esse é o problema.

“Por que você está dizendo isso? Isso atinge a todos nós, quais são os sintomas, as demonstrações disso?” A demonstração para mim mais clara é a seguinte: todos os governos democráticos do Brasil, no nível federal e estadual, dizem

A universidade pública estatal é ineficiente e vista como não produtiva. Tem um custo alto demais em relação àquilo que a sociedade está disposta a pagar por ela. Em função disso, vive uma crise de legitimidade



sempre, desde 1985, uma frase: “A nossa prioridade é o ensino fundamental”. Depois o ensino médio, o ensino profissional, portanto a última prioridade de todos os governos democráticos é a universidade. Ora, será que esses políticos que falam isto, de todos os partidos e que estiveram em todos os governos que têm universidades, será que esses políticos estão falando isso porque estão insensíveis ao povo, estão ignorando seu eleitorado? Não creio. Há algo de podre no reino da Dinamarca.

Há uma crise de legitimidade, não tenham dúvida, da universidade brasileira, que nós precisamos tomar conhecimento dela e enfrentá-la. Agora, será justa a avaliação da sociedade? Porque essa é uma avaliação da sociedade: que a universidade é uma coisa cara e feita para rico, rico num conceito amplo, que inclui boa parte da classe

média. Ela é cara e feita para rico, porque os pobres ou não vão para a universidade coisa nenhuma, ou, quando vão a universidades, vão a universidades privadas ou públicas não estatais — mas principalmente privadas, com objetivo de lucro, pagam um dinheirão e têm um ensino de quinta categoria.

Então essa universidade é cara para a sociedade e destinada aos ricos. E como político consegue voto é do povão, fica complicado. Estamos aí com um problema sério que temos que enfrentar. Mas será que essa avaliação é correta? Não vou entrar aqui em número, já vi muito número para lá e para cá, não vou fazer pesquisa de número agora, não é a minha área. Os números que vi para lá e para cá indicam sempre que a universidade brasileira pública estatal é pelo menos cara, se não é escandalosamente cara é pelo menos

cara em termos de custo por aluno. E se for comparar em termos de qualidade é muito cara. Ela custa mais ou menos o que custa uma universidade média americana. Isso a universidade federal brasileira, não a USP, que é uma universidade de escol.

Mas o drama também, e esse é um drama que em São Paulo a gente sofre menos do que se sofre no nível federal, é que a universidade trata todo mundo igual. Seja um professorzinho de baixíssima qualidade, com uma titulação da pior qualidade, seja uma Marilena Chauí, se for doutor ganha a mesma coisa. Ponto. É um escândalo isso. Não incentiva ninguém, não ajuda ninguém. É verdade que você tem uma minoria de trabalhadores que são excelentes, extraordinários, trabalham muito etc. Mas você tem essa grande maioria que não trabalha. E temos também um problema muito sério, o problema da aposentadoria. Todos sabemos que a aposentadoria dos professores universitários é em idades ridiculamente baixas.

Salários ridiculamente baixos, aposentadorias muito cedo, sem nenhuma correspondência com o tempo de trabalho, são essas as avaliações que existem na sociedade. Certas ou erradas, acho que estão basicamente certas, exigem que nós pensemos no assunto. Temos dois paradoxos aqui: primeiro, o paradoxo de ser um privilégio ser professor dela, embora os salários sejam miseráveis. Estranho isso, nada mais difícil do que ser professor da universidade pú-

blica estatal brasileira, não só da USP, precisa anos e anos de graduação, mestrado, doutorado e depois se submeter a uma permanente presença, e afinal consegue ser professor. E há um privilégio aí, porque ele realmente se diferencia do resto da humanidade porque ele é um professor. E depois ganha uma miséria. É um paradoxo, uma coisa muito estranha.

Seja um professorzinho de baixíssima qualidade, seja uma Marilena Chauí, se for doutor ganha a mesma coisa. É um escândalo. É verdade que há uma minoria de trabalhadores excelentes. Mas há essa grande maioria que não trabalha

O outro é o seguinte: como é que se explica uma crise de legitimidade da universidade brasileira num momento em que vivemos um desenvolvimento tecnológico e científico sem precedentes, e no qual então, diante desse desenvolvimento tecnológico e científico, que envolve inclusive problemas sociais e morais da maior gravidade, uma universidade crítica, pensante, produtiva, seria (seria

não: é) absolutamente importante para o país.

Nunca se precisou mais da universidade do que hoje. No entanto, esta universidade está numa crise de legitimidade perante a sociedade. Como enfrentar essa crise? Eu devo ter sido convidado para esta palestra porque escrevi um artigo que saiu numa coluna do *Mais!* que foi dedicado à universidade. Foi por acaso que escrevi naquele número, porque mandei o artigo para a página 3 da *Folha*. O editor da página 3 viu o artigo, disse: "Você não quer concordar que publique no *Mais!*, porque nós estamos publicando um número especial sobre a Universidade?" Falei: "Sem dúvida, com muito prazer". Então meu artigo saiu junto com os dos demais colegas professores que estavam lá.

O tom dos outros professores, não vou dizer de todos, mas o tom que eu senti lendo os outros artigos, foi um tom lamentoso, entre lamentoso e indignado. Mas mais lamentoso que indignado, não podendo compreender como a universidade chegou a este ponto. Era este mais ou menos o clima da coisa. Que é o paradoxo. Mas não diziam o que fazer. Porque alguma coisa tem que se fazer.

Entendo que para nós enfrentarmos esta crise de legitimidade em que a universidade se encontra, para termos uma universidade que seja crítica e produtiva ao mesmo tempo, precisamos de uma reforma institucional na universidade. Esta reforma institucional, no meu entender, envolve cinco

objetivos, ou cinco estratégias, e a própria reforma institucional. E aí a resposta: de que universidade nós precisamos.

Em primeiro lugar, precisamos de uma universidade que seja competitiva, no nível nacional e no nível internacional. As melhores universidades do mundo são altamente competitivas, e são competitivas geralmente não no nível de universidades, também universidade, mas no nível de departamento. Os departamentos de economia, os departamentos de filosofia, os departamentos de ciência política, os departamentos de física das universidades americanas e européias competem entre si fortemente, pela excelência, porque há toda uma quantidade de avaliações que são feitas, formais e informais (a maioria informal, mas tem tanto uma quanto a outra), e todo mundo sabe qual é o *ranking* dos departamentos.

O *ranking* é mais ou menos esse e quem está no alto do *ranking* tem os melhores alunos, tem as maiores verbas. Quem está lá embaixo do *ranking* está mal. Então a competição é dura. Não há a idéia de monopólio de jeito nenhum. A universidade pública brasileira está marcada pela idéia do monopólio. Então isto é uma coisa fundamental, você ser competitivo, e competitivo não só no nível nacional, no nível internacional também.

Quando fizemos a abertura da nossa economia, nós estávamos dizendo para os empresários: tenham de competir internacionalmente, porque aliás você não tem

outra alternativa, ou você compete ou eles liquidam conosco. Com essa taxa de câmbio quase nos liquidaram, a taxa de câmbio valorizada que eles fizeram durante cinco anos. Quando você diz isso, por que não dizer a mesma coisa para os intelectuais brasileiros, sejam eles os professores universitários, sejam os artistas? Façam uma produção que seja muito

Ninguém pode fazer

uma culturazinha

de quintal,

protegidinha.

Isso acabou.

Ou somos capazes

de ser competitivos

entre nós, e no nível

internacional, ou

não teremos uma

universidade

com legitimidade

brasileira, mas seja internacionalmente competitiva, seja de alto nível. Esse é nosso desafio. Ninguém pode fazer uma culturazinha de quintal, protegidinha. Isso acabou. Ou somos capazes de ser competitivos nacionalmente, entre nós, e no nível internacional, ou não teremos uma universidade com legitimidade.

Segundo: precisamos de uma universidade com autonomia ad-

ministrativa e financeira. Acho um absurdo que uma universidade como a USP, como a Federal do Rio de Janeiro, ou qualquer outra universidade pública estatal, a Universidade de Brasília, as grandes universidades, a do Rio Grande do Sul, a Unicamp, sejam universidades que não têm nenhuma autonomia administrativa e financeira. Têm ampla autonomia acadêmica, mas autonomia financeira não têm nenhuma.

Terceiro: precisamos de um Estado que financie a universidade com recursos adequados, e que esse financiamento seja dado em três partes — ou três *tranches*, como gostam de dizer os banqueiros: o Estado deve transferir o dinheiro para uma agência reguladora (tipo Fapesp, mas é uma outra), e essa agência reguladora então é que distribui. Aqui em São Paulo você tem três *tranches*, uma das quais a Fapesp já realiza e o CNPq já realiza bem o papel. A primeira é para pesquisa, distribuída para cada pesquisador ou grupo de pesquisas, isso é o que já tem no Brasil. Tem com a Fapesp, tem com o CNPq. A outra é para o ensino, quer dizer, proporcional ao número de alunos e à qualidade do ensino, como a das pesquisas é proporcional à qualidade das pesquisas. E a terceira é para pesquisa e a publicação mais global, para financiar a infra-estrutura, não é para cada pesquisador, vai para a universidade. Mas proporcional então à quantidade de pesquisa e à qualidade da pesquisa e da publicação dessa universidade. Estas as três

tranches de um financiamento adequado que deve ter a universalidade.

E finalmente a agência reguladora. Agora, como é possível fazer isso? Para fazer essas coisas — a universidade ser competitiva, autônoma financeiramente, bem financiada, e financiada de acordo com o mérito, de acordo com a qualidade do trabalho que ela realiza (porque é competitiva porque ela vai ganhar mais se tiver melhor desempenho, óbvio), há um problema fundamental: há uma incompatibilidade intrínseca, a meu ver, entre a universidade ser essas coisas e ser estatal. A universidade deve ser pública mas não deve ser estatal.

Nenhuma das universidades americanas e inglesas é estatal, no meu entendimento. As francesas e alemãs continuam estatais. E tenho impressão de que se vocês forem examinar o desempenho das universidades francesas e alemãs, comparadas às inglesas e americanas, o desempenho das americanas e inglesas é bem melhor. E olha que eles têm uma tradição de universidade estatal e de burocracia estatal na França e na Alemanha muito poderosas, e um sentido de dever cívico muito profundo. Mas por que a universidade estatal é incompatível com uma universidade autônoma e competitiva? Porque uma universidade estatal é uma universidade de funcionários públicos.

Isso... é para rir mesmo. Mas é para rir mesmo, porque isso é inconcebível. Estou aqui para conversar com vocês e pensar com

***Por que a
universidade estatal é
incompatível com
uma universidade
autônoma e
competitiva? Porque
uma universidade
estatal é uma
universidade de
funcionários públicos.
Isso... é para rir
mesmo, porque isso é
inconcebível***



vocês. Eu já pensei muito nesse assunto. O serviço público é uma coisa extremamente importante. O Estado é uma coisa fundamental em qualquer nação, você tem que ter um Estado que regule inclusive o mercado. O Estado é fundamental, tem que ser fortalecido, e no Estado existem servidores públicos, que têm um papel fundamental na regulação da economia. Mas os servidores públicos, que são funcionários públicos, são aqueles que realizam funções exclusivas de Estado, ou seja, as funções em que há poder de Estado.

O juiz, o promotor, o delegado de polícia, o fiscal, esses são homens que recebem um poder do Estado e por isso são funcionários públicos. Agora, para ensinar,

pesquisar, como também ser médico, enfermeiro, professor, não tem o menor sentido ser funcionário público, nesse sentido. Você tem que ser funcionário de uma instituição pública não estatal, sem fins lucrativos, com todos os direitos que for legítimo e possível dar. Mas nunca ser funcionário público.

Porque na hora que você é funcionário público, que acontece? Vamos imaginar que eu dê autonomia, autonomia de verdade, para a Universidade de São Paulo. Que quer dizer autonomia de verdade? Quer dizer o seguinte: você pode contratar os funcionários que quiser, professores e funcionários, na quantidade que quiser e pelo salário que quiser pagar. Isto é autonomia. A Fundação Getúlio



No fundo, estou propondo que a universidade brasileira tenha o mesmo modelo que a universidade americana ou a universidade inglesa. Quando estive no governo, propus um modelo que é a chamada organização social

Vargas, que é autônoma, ou a PUC, podem fazer isso. Não tem nenhuma lei que determine o número de funcionários, muito menos outra lei que diz qual é o salário dessas instituições públicas não estatais.


Nos Estados Unidos você tem dois tipos de universidades: as estaduais, como a Michigan State, a University of California etc. e as privadas, como Harvard, MIT, Chicago. Eu digo para os americanos: “Vocês não têm nem privada nem pública, nem estadual”. Porque as estaduais não têm nenhum funcionário público e são perfeitamente autônomas. E as privadas não são privadas, são públicas, ninguém fica rico delas, são públicas não estatais. Aqui, se eu der essa liberdade ao reitor, que vai

acontecer? Eles aumentam os salários, aumentam o número de funcionários, e quem paga é o Tesouro do Estado? Não faz sentido nenhum isso. Seria uma absoluta irresponsabilidade de quem fizesse uma coisa dessas.

Agora, se você for autônomo, você diz assim: “Está aqui o orçamento, o orçamento me dá isso”. Esse orçamento vem de uma tradição, e se conquista mais valor, mais quantidade de orçamento, porque entendo que a universidade deve ser fundamentalmente financiada pelo Estado, muito secundariamente por receitas de outra origem. No fundo, estou propondo aos senhores que a universidade brasileira tenha o mesmo modelo mais ou menos que tem a universidade americana ou a uni-

versidade inglesa. Modelo estrutural, institucional, que nós mudemos as nossas instituições aqui para caminharmos nessa direção. Dessa forma entendo que a universidade poderá a médio prazo recuperar a sua legitimidade e tornar-se a coisa importante que nós precisamos.

Quando estive no governo, propus um modelo que poderia servir para a universidade, que é a chamada organização social. Aquilo pode servir de base, e eu não tenho tempo para explicar aqui, pode ser nos debates. Cada Estado, e o governo federal especificamente, devia fazer uma lei que fosse amplamente discutida por todos vocês e pela sociedade, em que se criassem as organizações especiais das universidades, que se garantisse a elas o financiamento, a autonomia e a responsabilidade, porque o que se quer é autonomia com responsabilidade, não autonomia para que depois o outro pague.

Se você aumentar o salário e depois não tiver como pagar o problema é seu, porque está aqui o seu orçamento, que vai ser discutido de forma política, respeitável, a partir de todo um processo político e democrático que existe no país. Pode ser que haja outros caminhos. Certamente este caminho que estou dizendo permite muitas alternativas, muitas formas de realizar, mas eu realmente peço a vocês que pensem seriamente e debatam seriamente isso que estou dizendo, porque por aí há um caminho para sairmos da crise. Muito obrigado. 

MARILENA CHAUÍ

RESISTIR ÀS
DETERMINAÇÕES DO
MERCADO, EM BUSCA DA
AUTONOMIA DO SABER



Z é Carlos, deixa eu te dizer uma coisa. Quando se formam pequenas coletividades, pequenas sociedades que acabam operando em conjunto, elas acabam produzindo um ideário comum, que se exprime numa linguagem comum que é reconhecível por todos. O que nós aqui nessa comunidade chamamos de universidade produtivista é o que você acabou de propor. Então, é um debate de verdade. Vamos ter um debate de verdade, porque quando foi colocado pela Adusp o “ou” como alternativa, e você ao traduzir produtivista por *produtiva* colocou o “ou” como inclusiva, a intenção era que houvesse mesmo um debate entre duas concepções de universidade.

Agora, preciso esclarecer um pouco o que eu vou dizer aqui hoje. Faz uns dois anos que eu venho dizendo qual é a universidade que nós não queremos. Todo um conjunto de debates e discussões que fizemos, textos que acabei produzindo tanto para uso interno nosso como depois para divulgação em jornais e livros, e que fundamentalmente se colocavam como crítica da universidade como organização social; uma avaliação do percurso que nos levou durante a Ditadura à universidade funcional; depois, no correr dos anos 80, a universidade funcional; e depois, no correr dos anos 90, à universidade operacional, à qual eu atribuo uma das causas dessa crise de legitimidade que corretamente o Bresser apontou. Então, hoje eu preferiria não voltar por esse caminho.

Sei que fica meio maluco, porque era hoje que eu tinha que voltar. Depois da fala do Bresser, eu tinha que voltar a isso. Mas talvez a gente possa voltar na hora do debate. Porque eu gostaria de ir numa direção mais propositiva, já que a pergunta é que universidade nós queremos. E, para não parecer que nós só somos capazes de nos

A busca da autonomia do saber, e portanto a idéia de uma universidade crítica, é aquela que compreende e interpreta o processo de determinação das instituições pelo mercado — e cria armas de combate teórico e prático contra esse processo

lamentar, e que nós esperamos que as propostas venham do outro lado e a gente só serve para malhar a proposta vinda do outro lado e não somos capazes de fazer uma proposta. Eu gostaria de começar tomando o tema da autonomia. Mas focalizando o tema da autonomia por outra perspectiva.

Nós sabemos que uma das marcas daquilo que se chama a modernidade é, no caso das artes e das ciências e da filosofia, a busca da

autonomia, ou seja, o definir-se a partir de suas questões lógicas próprias, internas, e não pela sua submissão ao poder teológico, ao poder político, ao poder eclesiástico, ao poder estatal. É óbvio que o projeto da modernidade, como o projeto da autonomia, vai esbarrar inevitavelmente no seu grande obstáculo, porque se as artes, a filosofia e as ciências se libertam da subordinação à teologia e à religião e se libertam da subordinação ao poder absoluto ou ao antigo regime, elas vão enfrentar um outro poder, mais terrível certamente, porque imperceptível, que é o poder do mercado.

Portanto, a luta pela autonomia se realiza sob um processo no qual cada passo de afirmação de um saber autônomo implica quase em dois passos atrás, por causa da determinação desse saber pelo capitalismo, pelo capital ou pelo que hoje em dia se chama as leis do mercado. Nesse sentido, seria ilusório, seria utópico no mau sentido, nós quereremos discutir a questão da autonomia, como autonomia do saber, fazendo de conta que a determinação do mercado não existe ou que ela é irrelevante.

No entanto, penso que a posição que se contrapõe à posição que eu estou aqui chamando de utópica no mau sentido — isto é, aquela que a todo custo quer ignorar a determinação de todas as instituições sociais, no modo de produção capitalista, pelo mercado — é aquela que considera que essa determinação pelo mercado é a *ratio ultima* das instituições, que ela determina necessária e verdadeira-

mente a lógica dessas instituições, e que é a adequação dessas instituições à lógica do capital, ou a lógica do mercado, que garante a sua existência e a sua legitimidade.

Ora, penso que a questão que a autonomia, como autonomia do saber, primeiro de tudo, nos coloca é, diante da necessidade de compreender que a determinação pelo mercado, e portanto a articulação interna que existe entre todas as instituições sociais na sociedade capitalista (e portanto entre elas a universidade) e as condições econômicas, ao não ser ignorada não significa ser tomada como a *ratio* e a determinação em última instância da nossa atividade. Pelo contrário. A busca da autonomia, e portanto a idéia de uma universidade crítica, é aquela que compreende esse processo, explica esse processo, interpreta esse processo, resiste a ele e cria armas de combate teórico e prático contra isso.

Então, não é dar as costas à determinação econômica da instituição. Mas é não fazer dessa determinação econômica o nosso credo. E é portanto o trabalho pelo qual nós podemos compreender o que se passa, compreender a origem da nossa própria instituição, e os problemas e contradições que ela enfrenta na medida em que ela tem como alvo, como objetivo, a produção autônoma do saber, e tem como realidade geral e cotidiana o bloqueio ao exercício da sua autonomia. Ao falar isso, quero dar dois exemplos do que significa tratar de maneira diversa o problema da determinação pelo mercado.

Uma instituição social não se

define apenas por sua determinação econômica. Ela se define também pelo conjunto de práticas que realiza como instituição social, e pelo modo como se articula à ação política. Isso significa, para tomar um exemplo simples, que a universidade pública *gratuita* — porque isso é o que o Bresser esqueceu de dizer, pública *gratuita*, é disso que se trata para nós — se insere numa tradição política republicana, inicialmente, libertária depois, de afirmação da educação em todos os níveis como um direito. E é a perspectiva política da afirmação da educação como um direito, em todos os níveis — e portanto a não confusão de um direito com um serviço — que leva, no caso da universidade pública gratuita, à sua relação com os fundos públicos.

Portanto, não é que o Estado custeia uma universidade cara, ineficiente, improdutiva. Isso vamos discutir daqui a pouquinho. O que a universidade pública, como o ensino público gratuito de primeiro e segundo graus, significa é que na partilha republicana democrática, porque é nesse campo que nós temos que falar, não dá para ir além desse (por enquanto, né), há uma luta política pela distribuição, repartição e divisão e uso do fundo público. Porque se nós deixarmos só por conta do Estado brasileiro tal como ele é (e como ele sempre foi: oligárquico, autoritário), é óbvio que ele dirigirá a totalidade dos fundos públicos para as atividades econômicas e políticas da classe dominante.

É portanto no interior de uma luta política que a discussão da des-

tinuação dos fundos públicos para a educação, e aí incluída a educação no nível universitário, se coloca. E é portanto, sem desconsiderar todo o problema que a determinação do mercado coloca para nós em termos da autonomia do conhecimento, que o caráter público, republicano e democrático da universidade pode, pela via da operação política, assegurar, em grande parte, uma autonomia de conhecimento, de saber e de ação que, considerada apenas a determinação do mercado, ela não poderia ter.

E portanto é nesta corda bamba difícil, neste fio da navalha, nessa situação que não ousou chamar de dialética porque dialética é quando tem contradição — nós aqui não temos uma contradição de verdade, nós temos um problema e uma dificuldade —, nesse lugar instável e complicado em que a determinação econômica e a ação política se enfrentam, que a questão do caráter público, gratuito e autônomo da universidade pode ser discutida.

Ou seja, estou querendo tirar a discussão da afirmação de que ela é muito cara, de que ela é ineficiente, e de que os ricos devem pagar pelos pobres, porque na universidade pública estão os ricos. Quero que a gente se desloque do senso comum social, porque é o senso comum social que colabora para a corrosão da nossa legitimidade, a partir evidentemente de toda uma operação *sistematicamente* realizada por alguns partidos políticos e pelos meios de comunicação.

A isso eu queria acrescentar agora, ainda no campo da autonomia, a questão da autonomia tanto



***A burocracia estatal
é uma formação social
de exercício do poder.
É preciso que haja um
poder universitário
que possa exercer
o controle sobre a
burocracia para que
ela não se realize
como um poder, que
é o verdadeiro poder
que rege a USP***

do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista financeiro, porque a primeira referência que eu fiz foi à autonomia do conhecimento. Aqui nós enfrentamos um problema muito específico, que é o fato de que o governo da universidade, estou me referindo a nós, o governo da universidade é, no seu cotidiano, como exercício e operação administrativa, realizado por uma burocracia estatal. Ora, nós sabemos que a burocracia estatal não é um instrumento de administração, e muito menos de racionalização. A burocracia estatal é uma formação social de exercício do poder.

Ela é uma forma do exercício do poder, baseada na hierarquia, no segredo e na rotina. Não são predicados pejorativos, é a forma de ser da burocracia. Ela opera segundo o princípio da hierarquia,

do segredo e da rotina. É por isso que ela é, enquanto exercício de um poder, a antidemocracia por excelência. Ela opera com a hierarquia não com a igualdade; opera com o segredo e não com o direito, a produção, recepção e circulação da informação; opera com a rotina e não com a criação, pelo trabalho dos conflitos.

Onde houver burocracia a luta democrática é necessária, e uma existência democrática é impossível, e eu falo por experiência própria. Ora, isso significa que não se trata, para nós, de enxugar a máquina burocrática. De diminuir quantitativamente a máquina burocrática. Trata-se de tomá-la, sem dúvida nenhuma, mexer nela. Mas sob a perspectiva de exercício do controle sobre ela. É preciso que haja um *poder universitário* que possa exercer o controle sobre a

burocracia para que ela não se realize como um poder, que é o verdadeiro poder que rege a USP.

Ora, há uma peculiaridade na regência burocrática, muito importante para nós, que é a seguinte: um burocrata nunca diz para você que pode ou que não pode (em geral ele diz que não pode, raramente ele diz que alguma coisa pode) sem um fundamento legal: há sempre uma lei, uma norma, uma regra que garante a impossibilidade de uma ação. Sempre. Ora, isso significa que nós daqui por diante vamos simplesmente ignorar o universo da lei? Não. Mas significa antes de mais nada, e isso é um trabalho teórico que nós como universitários temos que fazer, de destruir na área que nos compete uma forma do fetichismo, assim como existe a mesa dançando sob seus próprios pés, existe a lei como fetiche.

A burocracia define a lei como uma entidade transcendente dotada de asas e um halo e que desceu do empíreo celeste sem que ninguém saiba como nem por quê, por uma ação miraculosa, inexplicável. O que se perde de vista, portanto, é: o que é a lei? A lei é a expressão de um conjunto de ações sociais e políticas que exprimem, num dado momento histórico, a lógica das forças, a lógica do poder e a forma assumida pela luta de classes e a distribuição do poder na divisão social. É isso que a lei exprime. Portanto, embora a lei aspire (e sem isso ela não seria lei) à universalidade, a cada passo a universalidade da lei é a universalidade possível naquele momento, e que se revela praticamente a seguir co-

mo uma particularidade que impede tudo.

É por isso que pouco a pouco a lei vai-se tornando, principalmente no Brasil, expressão do privilégio e forma da repressão. Ora, se nós não desmontarmos o fetichismo da lei, afirmando a cada passo que a lei é um esforço social e político de referência à generalidade e à universalidade, de criação e garantia de direitos, e que como tal ela é produto histórico e que como tal ela pode ser desfeita e refeita, nós não temos uma arma contra o argumento burocrático. Então, penso que na questão da autonomia nós temos que encontrar um conjunto de estratégias pelas quais, por um lado, nós limitemos a ação da burocracia, e por outro lado nós quebrems, pelo pé, o lugar onde a legitimidade do exercício burocrático se dá, que é a crença fetichista num ícone chamado *a lei*. E operar com a idéia de que a lei é ação social e política, historicamente determinada, de homens determinados. E que portanto ela foi feita por nós e pode ser, em condições determinadas, desfeita e refeita por nós em nome, justamente, de uma universalidade que a lei presente não garante e não atende.

Ora, mas tudo estaria muito bem se tivéssemos só a burocracia estatal. Acontece que nós estamos numa situação em que uma segunda operação de caráter burocrático se sobrepõe a outra, e que é a duplicação da burocracia estatal convencional com uma burocracia que copia o modelo de administração empresarial. A primeira é aquela

que, nas nossas afirmações de ações universitárias autônomas, nos opõe a cada passo a lei. Esta outra é aquela que opõe a cada passo a eficiência.

Portanto, estamos bloqueados pelo discurso ideológico da legalidade, que é a forma de a burocracia estatal exercer poder, e bloqueados pelo discurso da eficiência da administração de estilo empresarial. Elas se cruzaram, se sobre-

Uma das estratégias fundamentais de quebra do prestígio, do poder e da expansão da burocracia de tipo administrativo empresarial na USP passa pela reconsideração, de ponta a ponta, das fundações

determinaram e se sobrepuseram, e regem a Universidade de São Paulo. Portanto, trata-se aqui também de encontrar as estratégias de quebra desse poder. Estou convencida de que uma das estratégias fundamentais de quebra do prestígio, do poder e da expansão da burocracia de tipo administrativo empresarial na USP passa pela reconsideração, de ponta a ponta, das fundações.

Portanto, temos caminhos para

trilhar. E temos maneiras de fazê-lo. Porque nós, como universitários, somos capazes de pensar o problema, de compreendê-lo, autonomamente, e de buscar então as formas de ação pelas quais nós possamos quebrar os obstáculos à autonomia. Do mesmo modo que a ação política, se enfrenta o obstáculo econômico na autonomia do conhecimento, a atividade de demolição do fetichismo de uma falsa legalidade e do fetichismo da eficiência empresarial, particularmente quebrando o poder das fundações, significa para nós uma nova definição de autonomia administrativa e de autonomia financeira. Essas palavras não são palavras de ordem, *slogans*, chavões. Elas se referem à nossa maneira mesma de ser e de agir e às possibilidades que estão abertas para nós de mudança da universidade no campo da autonomia.

O segundo ponto é a valorização da docência. Qual é nossa situação hoje? A nossa situação hoje é a da escolarização da universidade. Que é escolarização? O aumento do número de disciplinas, o aumento das horas-aula, a contagem da atividade estudantil por créditos, a aferição meramente quantitativa desse trabalho, segundo o número de matriculados, o número de evasão e o número de formados, e um processo pelo qual nós nos tornamos, pouco a pouco, a substituição precária do ensino médio, do segundo grau. Esta situação, que começa lá nos anos setenta, à medida que foi se institucionalizando se tornou, sobretudo para os estudantes mais jovens e para os profes-

res mais jovens, algo que faz parte da natureza das coisas.

Costumo dizer: tem o mar, o rio, a floresta, o céu, o trovão, o raio, e as horas-aula. Tudo faz parte da natureza das coisas. Não faz. Isso é uma instituição. Foi instituído assim. Foi um processo pelo qual o que se deu foi a perda do caráter propriamente universitário da docência, para dar à docência uma dimensão de pura escolarização. E a prova disso é simples: as famosas avaliações avaliam a produção, e a produção é: em quantos congressos foi, quantos papéis publicou, quantos livros escreveu, em quantas notas de rodapé apareceu... A docência não faz parte da avaliação. Ela nem entra no cômputo da avaliação universitária. Ela não é nada. Deletaram.

Que quer dizer valorizar a docência? Em primeiro lugar significa, em termos mais imediatos, a diminuição do número de disciplinas, do número de horas-aula, do número de créditos, e o remanejamento do trabalho do corpo docente e do corpo discente, numa redivisão que permita professores suficientes para poucos alunos em aulas em tempo menor. Uma aula universitária, e foi com isso que fui formada na USP, é preparada. O professor que prepara uma aula lê uma bibliografia, opera com comentadores, intérpretes, posições diferentes, redige a aula, dá a aula, discute. Prepara seminários, discute os seminários. Como é possível um professor dando duas, três, no nosso caso quatro horas de aula, hoje, amanhã, depois, para uma classe de cem, cento e cinquenta,

duzentos? Que aula ele prepara?

É um escândalo nessa universidade o professor precário. O professor flexibilizado, não é? E mais: isso coloca, evidentemente, a questão salarial. Por quê? Porque para você preparar adequadamente o seu trabalho docente, você não pode fazer dez bicos para poder fazer a feira, pagar o sapato e o dentista dos filhos, e comprar o arroz e o feijão. Você não

As famosas avaliações avaliam a produção: em quantos congressos foi, quantos livros escreveu, em quantas notas de rodapé apareceu... A docência nem entra no cômputo da avaliação. Ela não é nada. Deletaram

pode fazer isso. Você tem que ter condições. É nisto que somos servidores públicos. Se a nossa docência não for uma verdadeira docência formadora, a última coisa que somos e seremos é servidores públicos. Porque o servidor público é aquele que age a serviço do direito do cidadão. E não estaremos realizando esse serviço. Nós não estaremos verdadeiramente cumprindo a cláusula de respeito ao direito do cidadão. Portanto va-

mos dar prejuízo, sim. E é preciso salário decente.

Então, a docência formadora não é uma docência simplesmente informativa, repetitiva e rotineira. Ora, isso significa que para uma boa parte dos docentes que entram na docência já com essa Universidade dessa maneira vai ser preciso um trabalho político, psicológico e intelectual intenso, para repensar, reconsiderar e reaprender a preparar e dar aulas. Porque isso também desapareceu na Universidade. Então a revalorização da docência e a defesa da docência significam também que nós, enquanto docentes, temos muito trabalho pela frente. Porque nós desaprendemos o que é uma aula universitária. O que é preparar, o que é proferir, e o que é avaliar uma aula universitária. É um trabalho para nós também, se nós queremos a melhoria.

A revalorização da pesquisa: o que é hoje a pesquisa? Um colega meu lembrava para um grupo de amigos que o que hoje em dia na Universidade se chama de pesquisa é na verdade uma seqüência profissional e de carreira. Ou seja, há uma confusão entre a titulação — e os prazos de titulação, que fazem parte da carreira — e a pesquisa. Essa confusão não é gratuita. É que no começo era a pesquisa que fazia de você um doutor. Era a pesquisa que fazia de você um livre-docente. Hoje é o contrário. É porque você precisa ser mestre, ou é porque você precisa ser doutor, ou é porque você precisa ser livre-docente, ou você precisa ser adjunto, ou você precisa ser titular, por-

que você precisa sobreviver — ou porque você quer poder, depende, né? — que você apresenta coisas e chama elas de pesquisa. É isso que é avaliado e considerado produtivo. Não tem pesquisa desse jeito.

Ou seja, a revalorização da pesquisa significa desvincular a pesquisa de um tempo externo ditado pela carreira acadêmica. Tem que repensar a carreira. Você não pode manter esse ritmo externo e absurdo da carreira e a verdadeira idéia de pesquisa. Você tem que reformular ou o tempo da carreira e a própria carreira, ou desvincular a carreira e a pesquisa. O que nós temos hoje é uma heteronomia que impede a pesquisa, a verdadeira pesquisa.

O segundo ponto se refere sobretudo aos alunos de pós-graduação e aos jovens professores: a confusão que se estabeleceu na nossa cabeça entre as exigências e prazos das agências financiadoras e as exigências e prazos internos à pesquisa. Que as agências financiadoras estabeleçam os seus critérios, suas normas, suas regras, suas exigências e seus prazos e digam: um mestrado é financiado por nós no máximo por dois anos, dois anos e meio, um ano, um ano e meio. Um doutorado... tudo bem. As agências têm lá sua lógica própria, e seus motivos para funcionar assim. Podemos depois um dia fazer um debate sobre as agências. É outro debate. Mas suponhamos que tudo bem. O que não é possível é nós interiorizarmos as regras, normas, prazos e exigências das agências — que com a pesquisa têm puramente a relação financeira, só, não têm mais nenhuma —,

nós tomarmos isto como a maneira pela qual nós vamos agora organizar a pesquisa universitária!

E submetemos nossos estudantes, e os jovens professores, a prazos e trabalhos que deixam a todos insatisfeitos, aquém de tudo que poderiam fazer, e que não precisa ser assim, se aquilo que você levar em conta for a lógica e a necessidade interna da própria pesquisa. Nós estamos numa relação de he-

Revalorizar a pesquisa significa desvincular carreira e pesquisa, e sobretudo desvincular a pesquisa das imposições das agências financeiras. Estamos deixando que a nossa produção teórica seja determinada de fora

teronomia naquilo que é a expressão mais alta da Universidade, que é a sua produção teórica. Estamos deixando que a nossa produção teórica seja determinada de fora, e não pela lógica interna do trabalho intelectual, e das exigências que ele faz. Então, revalorizar a pesquisa e redefinir a pesquisa significa portanto ou repensar a carreira e o vínculo disso com a pesquisa, ou desvinculá-las, e sobretudo desvincular a pesquisa das imposições

das agências financeiras. Mas isso significa também uma mudança na nossa mentalidade, e na nossa prática de orientação.

Vou dizer uma coisa pesada, mas é preciso ser dita: orientandos são pesquisadores, eles não são serviços dos orientadores, nem são a via para receber a reserva técnica. Em segundo lugar, a pesquisa não pode se subordinar às necessidades do mercado. Por que o que são as necessidades do mercado, sobretudo *neste* país, não é? Sobretudo neste país. Se ainda estivesse falando do mercado lá em cima, ainda podia ser. Mas aqui? Gente, tenha dó. Tenha a santa paciência. Então, que é exigência do *mercado* no Brasil? Rotina, repetição, e tudo que é solicitado é aquilo que não inclui nem inovação, nem criatividade, nem originalidade, nem profundidade. Originalidade e criatividade o mercado pede para as agências de publicidade. Para nós, não.

Então, se nós temos razões teóricas, práticas, políticas e históricas para resistirmos à determinação pelo mercado, no caso brasileiro nós temos a obrigação de fazê-lo, se nós queremos pesquisa. Porque o vínculo que se estabelece entre o mercado brasileiro e a pesquisa na Universidade é a ausência da pesquisa. Eu tinha mais dois pontos, mas eu vou interromper, que são a nossa relação com as agências de financiamento de pesquisa, basicamente por quê não pode ser uma relação de subordinação, e depois a questão da extensão universitária. Mas durante o debate a gente conversa sobre isso. Tá? Muito obrigada. RA

SOBRE A PRISÃO DE BENEDITO, EDMAR, ELVIS, ODAIR, ROSALINO E VALQUIMAR

José Moura Gonçalves Filho

Professor do Instituto de Psicologia da USP



O confinamento de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra caracteriza a existência de prisões políticas no Brasil.

A condenação judicial desrespeitou os mais comezinhos direitos constitucionais dos réus. Grupos poderosos estão mobilizados para transformar a campanha pela reforma agrária em caso de polícia

Dia 10 de novembro de 1999. Dia nacional de paralisação e protesto convocado pelo Fórum de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania. Houve manifestações em todo o país.

Avizinhando Boituva, cidadezinha no interior de São Paulo, um dos protestos desenvolveu-se em plena rodovia Castelo Branco: um ato público contra os pedágios, contra a privatização de rodovias estaduais e interestaduais. Quem contestaria que a maioria de nós encontrava-se ali, de algum modo simbolizada por aqueles manifestantes? Quem contestaria a legitimidade cívica de um protesto contra o número e aumento abusivos das taxas de pedágio? Quem são de fato os beneficiários destas taxas que mal-e-mal são revertidas em manutenção e melhoria nos serviços viários? As taxas de pedágio sobrepõem-se a impostos como o IPVA cuja cobrança pesada foi justamente já estabelecida para estes fins.

Ações contra pedágio foram inicialmente disparadas por motoristas de caminhão: pedágios acarretam o encarecimento dos fretes ou, para evitá-lo, arrocham ganhos dos caminhoneiros. Encarecimento dos fretes acarreta encarecimento dos bens transportados, encarecimento por exemplo de alimentos. Não por acaso, naquele dia 10, outras categorias e também cidadãos comuns uniram-se aos caminhoneiros. Professores, estudantes, militantes da Central Única dos Trabalhadores (-CUT), da Central dos Movimentos

Populares (CMP), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ninguém que imaginasse o que estava por vir!

A Polícia Militar realizou disparos para dissolver o protesto. Prenúncio da violência que estareceria o país nos meses seguintes (e que envolveu a repressão aos índios de Porto Seguro, aos professores e estudantes na Avenida Paulista, aos moradores de Guaia-

Odair Moisés de Rosa, Rosalino Bispo de Oliveira e Valquimar Reis Fernandes.

A prisão destes seis mostrou-se arbitrada por um traço: são todos participantes do MST! Não são, portanto, prisões quaisquer. Digase o nome: prisões políticas, com o que nunca mais contávamos! Em pleno governo Fernando Henrique Cardoso, ele próprio tendo atravessado cassações políticas e o benefício da anistia, a anistia que tantas lutas nos custou, lutas operárias e universitárias, lutas sindicais e partidárias!

Até agora, nenhum protesto de Mário Covas, quem no passado assistiu à prisão de tantos companheiros seus! Nenhum protesto do ministro José Gregori, antigo membro da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos em São Paulo. Nenhuma palavra de nossos colegas uspianos Francisco Weffort ou José Álvaro Moisés, ministro e secretário federais de Cultura!

Em fevereiro passado estavam completos os 81 dias estipulados por lei para processo (inquérito, investigações, etc.) e não se apresentou prova alguma de que os seis companheiros, presos em Boituva, tivessem conduzido depredações e o incêndio de cabines. Nenhuma das testemunhas, arroladas para acusação, reconheceu os acusados. Deviam ter sido soltos. Seguiram presos. Edmar, Elvis, Odair, Rosalino e Valquimar foram, afinal, condenados a oito anos e dez meses de prisão; Benedito foi condenado a onze anos! Todos obrigados ao cumprimento de 9/10 da pena em regime fechado.

***O inquérito não
apresentou prova
alguma. Nenhuma das
testemunhas
reconheceu os
acusados. Mas foram
condenados a oito anos
e dez meses de prisão;
Benedito, a onze anos!
Todos obrigados a
cumprir 9/10 da pena
em regime fechado***

nazes). Houve tumulto e confrontos. Manifestantes inconformados, contrariando orientações firmadas para o ato público, danificaram e até queimaram cabines do pedágio de Boituva. Mais de 100 pessoas foram detidas. Foram quase todos liberados, exceção feita a seis manifestantes: Benedito Ismael Alves Cardoso, Edmar Pereira dos Santos, Elvis Vieira Ferreira Lima,

Benedito é nascido em Mogi Mirim, filho de família camponesa. Tem quarenta e nove anos. Era radialista e, nesta condição, sempre acompanhou ações do MST: "Vi que era um movimento capaz de elevar a dignidade das pessoas; e eu, com origem na terra, quis então voltar p'ra terra, quis uma roça onde trabalhar e viver em cooperativa, cooperando."

Edmar, quase dezenove anos, não sabe escrever, não sabe ler: foi sobre ele que a pressão policial e judicial caíram mais pesadas. Numas das acareações com testemunhas de acusação, sobre a qual os advogados do MST não haviam sido advertidos, uma advogada do Estado foi indicada. O rapaz precisou deixar impressões digitais numa declaração que não tinha condições de decifrar.

Elvis, vinte e um anos, trabalhava ao lado de um tio na construção civil, trabalho muito instável. "Sofria com aquilo: às vezes tinha serviço, às vezes não tinha; eu não era o construtor, era o peão." Decidiu-se pelo MST: os assentamentos rurais abriram-lhe perspectivas, uma esperança, um sentimento de crescimento que a cidade lhe havia desfeito já antes dos vinte e um anos. "Quero, vou continuar querendo depois da prisão, um país melhor para todos, sem discriminação, violência, desemprego, falta de moradia, de recursos médicos e onde não haja essa corrupção governamental."

Odair, emotivo e muito combativo. A cada visita que lhe fazemos, repete sempre: "Lutar, até o fim dos meus dias, preso ou em liberdade!"

Rosalino era também radialista e antigo morador urbano: "O MST é um rumo na vida, é a terra para plantar e sustentar a família, é o trabalho coletivo!"

Valquimar é universitário da região de Piracicaba. Incorporou-se ao movimento na ocupação da Nova Canudos. Tem trinta anos. "Somente haverá reforma agrária com vontade e força política. E somente haverá vontade e força política quando as classes populares derem as mãos e exigirem mudança."

Presos comuns ou terroristas? A sentença da juíza de Boituva opera simultaneamente nos dois registros e força juízos exagerados, autoritários e alarmistas. Afinal, as instituições desafiadas foram o pedágio rodoviário e o latifúndio

A juíza da Comarca de Boituva, Ana Cristina Paz Néri, quem determinou as condenações, argumenta de maneira contraditória e faz lembrar o tempo em que a ação repressiva e os governos militares eram justificados por tribunais sem nenhuma independência e inteiramente comprometidos com a ideologia de segurança nacional. Considerem este trecho da sentença judicial:

Os membros do MST de modo criminoso realizaram baderna em nome de uma causa, e como criminosos comuns devem ser responsabilizados por seus atos. Pretenderam fazer justiça com as próprias mãos, atitude essa antidemocrática, e que deve ser repelida.

Observa-se que seus militantes querem de fato um pe-

daço de terra, mas são usados como instrumentos pela cúpula do movimento que cruzam os limites ideológicos, assumindo posições pré-revolucionárias, para a prática da desordem pública, desafiando as instituições.

Presos comuns ou terroristas? A sentença opera simultaneamente nos dois registros e força juízos exagerados, inequivocamente autoritários e alarmistas. Com que facilidade e soberba podem ser distorcidas as ações populares, as reações populares.

Desafio às instituições? Que instituição foi desafiada naquele 10 de novembro, o pedágio rodoviário? Sim. Que instituição é contestada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o latifúndio? Sim. Mas estas instituições de enriquecimento privado, sobre as quais pesam gravíssimas hipotecas sociais, não são estas instituições que representam um intolerável ataque ao direitos públicos e à democracia?

Prática da desordem pública? Reações de manifestantes desarmados aos disparos de policiais militares: de que lado conta a desordem pública? Sob licença de seus superiores, que enorme atração, que poderosa embriaguez para policiais militares, investirem sem pensar contra protestantes civis como contra inimigos!

Que juízos distorcidos têm sido sustentados por governantes, magistrados e policiais, sempre que alinhados ao governo federal! De que lado conta o terror? Dados apresentados pela Comissão Pasto-

ral da Terra (CPT) são de estarrecer. Em 1999, sabemos de 22 trabalhadores rurais sem-terra assassinados. Neste ano, foram 11 assassinatos. Os crimes, impunes, foram praticados por policiais militares, seguranças e jagunços, quase todos a mando de proprietários rurais.

Como lembrou Frei Betto (Folha de S. Paulo, 27/11/00), denúncias de trabalho escravo no campo, prisões, torturas e ameaças de morte, quando não menosprezadas, não encontram prontamente uma resposta de juízes, promotores públicos ou agentes de segurança. Enquanto isso, processos criminais foram abertos neste ano contra 180 militantes do MST.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), quando se retiraram das negociações entre o governo federal e o MST, já haviam advertido que a inflexibilidade de Fernando Henrique Cardoso e seu ministério induziria a formação, junto à opinião pública, de um ambiente propício à violência e à repressão contra trabalhadores sem-terra.

O crédito rural referente à safra 2000-2001, pleiteado desde o início do ano, foi liberado pelo governo federal apenas em outubro e segundo condições tais que tornou-se inacessível para mais de um milhão de pessoas - foram 250.000 famílias excluídas do crédito agrícola, lavradores já assentados e, no entanto, impiedosamente condenados à miséria.

Benedito, Edmar, Elvis, Odair,

Rosalino e Valquimar são acusados do furto de "certa quantia" e de incêndio. A primeira forma que a acusação assumiu contrariava os artigos 158 e 172 do Código Penal. Está estabelecido que a coisa que se aponte num furto haverá de ser certa, bem determinada. Para que então se determinasse a coisa, o Ministério Público aditou a denúncia: incluiu referência ao desapareci-

O tal "pedágio" atribuído ao MST é na verdade regra legítima, estabelecida em assembleia, de que os agricultores contribuam com o sustento de sua organização. E regra cuja inobservância envolve também soluções democráticas

mento de um rádio comunicador, com marca, modelo e número, tudo muito definido. O aditamento, entretanto, tem como referência um Boletim de Ocorrência sem assinatura de vítimas ou de seus eventuais representantes. Nenhuma menção foi feita pelas testemunhas de acusação a qualquer rádio, e, durante o seu interrogatório, nem magistrados nem promotores apresentaram qualquer pergunta a

respeito do objeto.

A acusação de incêndio, por sua vez, apóia-se em laudo, exame de corpo de delito, que nada afirma acerca de perigo contra a integridade de quem quer que seja. Como se não bastasse, a condenação ignora o fato de as testemunhas não reconhecerem os seis acusados e afirmarem não incluí-los entre os que estavam próximos às cabines do pedágio no momento do incêndio. Numa palavra: o processo penal é todo irregular!

Os seis trabalhadores, até meados de julho, foram mantidos em quatro diferentes presídios, expostos ao isolamento e à violência carcerária: um deles, obrigado a manter relações sexuais com um outro prisioneiro, corre risco de se haver contaminado pelo HIV.

Com o concurso de jornalistas prestigiados, imputou-se aos dirigentes do MST o desvio de recursos públicos em proveito próprio: desvios que, ironicamente, foram designados e divulgados como "pedágio"! A Polícia Federal foi instruída a abrir dezenas de inquéritos em todo o país. O diário *Folha de S. Paulo* dedica ao MST um tratamento jornalístico que, fingindo imparcialidade, de fato reserva aos sem-terra a atenção mais senhorial, atenção de inquisidores e, afinal, atenção nenhuma: as supostas denúncias são empunhadas com alarde e em longas matérias onde raramente falam os acusados ou os seus defensores.

Numa das vezes em que um dirigente e defensor foi ouvido, João Pedro Stedile, mal notávamos o texto (uns 100 cm² no canto infe-

rior de uma página com cerca de 1.500 cm² e encabeçada pela manchete: “ ‘Pedágio’ do MST é alvo de 14 inquéritos”). A despeito do espaço insignificante e dos ardis de edição, quem tivesse ouvidos para ouvir, ouviu o que nos disse João Pedro Stédile: a expressão “pedágio” é inteiramente inadequada para designar a contribuição de agricultores para uma organização cujos agentes são eles próprios.

Trata-se de um procedimento legítimo: uma regra estabelecida em assembléia, como em qualquer sociedade, como em qualquer associação — regra de que os agricultores contribuam na sustentação material de sua organização. E regra cuja inobservância envolve também soluções democráticas. Não há mecanismos coercitivos de cobrança: a contribuição é sempre pessoal, nunca automática, depende de um gesto voluntário e renovado do contribuinte. A decisão de não contribuir, neste contexto, geralmente acompanha a decisão de abandonar a organização; caso contrário, torna-se matéria de discussão e deliberação grupais, para as quais os interessados são eles próprios convocados.

Uma sugestão implícita ou explícita é reconhecível em artigos e editoriais da *Folha de S. Paulo*, a sugestão de que o MST pretendia pairar acima do bem e do mal; também a sugestão de que encobriria crimes eventualmente praticados no âmbito de sua própria organização (desvio de verbas, estelionato). Estas sugestões de tal modo ignoram a história e estrutura do MST que parece só poder-

mos atribuí-las ou à má-fé, esta intenção bem consciente de nos impingir julgamentos grosseiros acerca dos outros, ou à ideologia.

Para sermos menos ofensivos mas, ainda assim, bastante severos, deixemos de lado as controvérsias em torno do jornal gabola e que se quer pós-moderno (não obrigado a nada e a ninguém), e digamos algo acerca do fenômeno ideológico. Digamos algo não

***No mais das vezes,
posições ideológicas
são de fato dirigidas
pela força de interesses
— freqüentemente
nossa segurança
psicossocial está
assentada sobre
contradições e
violências que evitamos
declarar e pensar***

acerca dos seus conteúdos dicionários, mas do conceito bem particular que o termo ideologia assumiu para leitores de Marx e de Lukács, para leitores de Claude Léfort ou, mais perto de nós, para leitores de Marilena Chauí.

A ideologia abrange imagens postas em boa ordem pela palavra. A ideologia é discurso. Mas discurso lacunar: sua coerência, o seu sistema, são obtidos pelo que diz mas, muito especialmente, pelo

que não diz, pelo que fica fora de consideração. Somos conquistados para ideologias pelo descanso na atenção superficial, pelo apego à explicação fácil e, para falar à maneira dos psicanalistas, por resistências: o que não se diz, o que é negado é, muitas vezes, o que é recusado, denegado. E esta denegação, este indeferimento, nem sempre são dirigidos pela má-fé, pela deliberação dolosa do ideólogo e seus sequazes, mas, mais profundamente, por um desejo.

Toda resistência exprime um desejo antagonista: o desejo de prestígio e comando, por exemplo, antagonista do desejo de comunidade e colaboração; o desejo de acumulação privada e monarquia, antagonista do desejo de repartição, reforma agrária e governo de todos. Resistências não são impulsos perfeitamente endógenos: ligam o resistente e seu mundo, são impulsos psicossociais; em nossa sociedade, ligam o resistente e sua classe, quando então resistências serão melhor designadas como interesses. Quando nos ligam às compulsões do mundo capitalista, formando ações e opiniões, então interesses, ações e opiniões devem ser propriamente chamados de ideológicos.

Os ideólogos são mais ou menos inconscientes dos interesses que informam suas ações e opiniões. No mais das vezes, entretanto, posições ideológicas são de fato dirigidas pela força de interesses - temos freqüentemente nossa segurança psicossocial assentada sobre contradições e violências que não podem aparecer, que evitamos declarar e pensar.

O que, por exemplo, Étienne de La Boétie chamou servidão voluntária, o nosso desejo de desigualdade, exprime o interesse de enriquecimento privado por meio de cumplicidade com ordens sociais tirânicas:

1) O que sustenta o tirano é o anseio de muitos súditos por participarem da tirania como sócios do tirano, como seus cúmplices na pilhagem de bens e no manejo dos dinheiros. O tirano subjuga seus súditos através dos súditos eles mesmos. Aqueles que mendigam o favor do tirano e ambicionam privilégios, vivem atormentados, buscando continuamente agradecer e presentir as vontades do tirano. Que condição é mais miserável do que viver assim? Os tiranetes querem servir os tiranos para terem bens. Esquecem-se de que, deste modo, são eles que fazem a força do tirano para tirar tudo de todos e não deixar nada que se possa dizer que seja de alguém.

2) O amor de riquezas é o que sujeita os homens à crueldade do tirano e os torna também cruéis. Os favoritos do rei são seduzidos por aquilo que virá consumir sua humanidade. E precisarão não sentir a humanidade de seus companheiros, sempre sentindo a fisionomia de seus companheiros como quem desconfia de intenções interesseiras. Tiranos e tiranetes temem uns aos outros e temem o povo: não têm amigos mas apenas cúmplices.

3) A amizade é impossível entre aqueles que amam acima de tudo o favor ou o lugar de seus senhores, tornando-se incapazes de

amarem-se uns aos outros. A amizade se mantém não através de benefícios como através da companhia. Os cúmplices conspiram e se entretêm. Os amigos convivem e se entretêm como companheiros. Estando acima de todos e não tendo companheiro, o tirano, estando além da igualdade, fica além da amizade.

O fenômeno ideológico aparece muito especialmente vinculado às sociedades modernas: sociedades que - a despeito de nelas emergir o reconhecimento de sua historicidade, mediante práticas e mentalidade que desde o Renascimento tornam o homem mais afeito aos po-

deres do próprio homem e menos à influência metafísica de poderes transcendentais - voltam a ocultar para o homem a história dos mundos humanos. Neste sentido, a ideologia é como que uma força de racionalização anti-historicizante: um discurso menos debruçado sobre a história do que sobre as aparências da história, debruçado sobre manifestações imediatas ou abstratas da história.

O discurso ideológico empeneha manifestações da história mas não o processo da história; concentra-se no que a história cristalizou e não interroga o processo da cristalização; opina sobre apa-



rência e não sobre o aparecimento. Pretende explicar aparências recorrendo a idéias arbitrárias; idéias que, assim sendo, tendem a formar-se segundo preconceitos disponíveis, segundo opiniões oficiais dominantes.

Clássico exemplo disso é que, para os economistas liberais, o homem moderno aparece segundo três categorias de propriedade. Afirmou-se que encontramos, de um lado, o homem que obtém rendas da terra: é o proprietário fundiário. De outro lado, o homem que obtém rendas da fábrica urbana: é o proprietário industrial. Finalmente, o homem que obtém sa-

lário: o assalariado proposto como mais um homem livre e que obtém rendas mediante livre oferta de seu trabalho em troca de salário, troca que se daria com equidade. Desse homem, caracteristicamente o operário industrial, desse homem sem terra, sem fábrica, diremos que é contudo proprietário de seu corpo, de sua força de trabalho. Tudo então parecerá pacificado: são três homens que dispõem de propriedade e renda.

Sob o crivo da história, entretanto, a conversa pacífica torna-se conversa fiada: aquele que aparece como proprietário do corpo, revela-se afinal como um espoliado; aqueles que aparecem como outros tantos proprietários, proprietários da terra e da fábrica, revelam-se afinal como proprietários também do trabalho de seus subalternos.

A formação da era dos burgos, a era das cidades comerciais e industriais, começa pela rejeição do servilismo feudal. Os homens da cidade, diz-se, respiram o ar da liberdade, livraram-se do jugo e corvéia sob senhores feudais. Esta distensão urbana, todavia, obtida por gradual extensão da lógica de mercados aos interstícios de todas as relações sociais, vai admitir instauração de novas formas de servidão, porém mais ou menos invisíveis e cuja determinação apenas a pesquisa histórica poderá recuperar.

Os primeiros burgueses que, nas cidades, assumem a propriedade dos meios de produção, passam a contratar novos indivíduos que, sem terra e sem instrumentos, também egressos da servidão feudal, seguem afluindo para as cida-

des e agora deparando-se com chance inédita: ao invés de se dedicarem à construção ou reconstrução de suas posses, a famigerada chance de se oferecerem como mão-de-obra em oficinas e fábricas. Estes espoliados da terra e de meios de trabalho vão sofrer crescente e radical empobrecimento, o empobrecimento que acompanha a divisão burguesa do trabalho.

As primeiras oficinas e fábricas abrangem trabalhadores assalariados como trabalhadores qualificados que, por assim dizer, ainda controlam o seu trabalho. Progressivamente, os que contratam passam também a concentrar o governo do trabalho (o tempo do trabalho, seu ritmo, os objetivos da produção) e a fazê-lo segundo imperativos mais quantitativos que qualitativos, mais mercantis que sociais, os objetivos produtivos tornando-se antes econômicos do que ético-políticos.

Os contratados descem sob controle cada vez mais generalizado, cumprindo planos e não mais participando do planejamento do trabalho. A divisão burguesa do trabalho torna-se divisão entre planejadores e operários, surgem e aprofundam-se as figuras do patrão e do trabalhador braçal. O trabalho é fragmentado por baixo (admitindo trabalhadores sem qualificação e absorvidos na repetição, a todo vapor, de quatro ou cinco operações simples) e é unificado por cima, mediante gerência e engenharia de produção, gerentes e engenheiros respondendo com exclusividade pela inteligência e finalidade do trabalho.



A divisão é cheia de implicações sociais e psicológicas - a sociedade burguesa foi fabricante de mercadorias e de homens moral e intelectualmente rebaixados, foi produtora de novos espoliados e novos senhores: a espoliação de propriedade renovou-se como espoliação de subjetividade e a um grau perfeitamente comparável aos mais bárbaros episódios em sociedades pré-capitalistas.

Há imagens e idéias cuja força persuasiva logra torná-las, em todos os sentidos da palavra, dominantes. Imagens e idéias que, para a percepção e para o pensamento, tornam-se socialmente dominantes porque aderem à ordem aparente da vida social, ao modo mais simples de apresentação da ordem social: aderem à apresentação imediata e abstrata da vida social, fora de todo recurso à história: "Somos três categorias de proprietários: industriais, fazendeiros e assalariados". Operando com imagens simples, o ideólogo pensa a vida social a partir de sua apresentação dominante e, desde então, faz valer universalmente e legitima os interesses da classe que, na dominação, afirma-se em detrimento de outras classes.

A apresentação imediata e abstrata da vida social foi o que se tornou corriqueiro nas sociedades modernas e contemporâneas. As sociedades burguesas são erigidas segundo prevalência das relações de mercado sobre quaisquer outras relações sociais, fenômeno que ficou conhecido como reificação e cujo principal resultado psicossocial é o de promover drástico en-

fraquecimento de nossa comunicação qualitativa e narrativa com as imagens de coisas e de gente. A ideologia consome a aparência das coisas e das pessoas, não se alimenta do tempo e da alteridade das coisas e das pessoas - não se alimenta de histórias.


O livro *Brava Gente*, publicado pela Fundação Perseu Abramo, uma entrevista com João Pedro

***Operando com
imagens simples,
o ideólogo pensa a vida
social a partir de
sua apresentação
dominante e, então, faz
valer universalmente
e legitima os interesses
da classe que, na
dominação, afirma-se
em detrimento
de outras classes***

Stéidile e conduzida como uma apresentação da trajetória do MST, é dos mais belos depoimentos que conheço sobre luta pela terra no Brasil: um depoimento militante e que deveríamos entregar aos nossos filhos quando desejássemos transmitir-lhes idéias de coragem verdadeira e também idéias de organização igualitária do trabalho e do poder - tudo isso a partir de exemplos e de alguma

história, não a partir de conceitos gerais e indiferentes, mas a partir de valores concretamente assumidos por gente viva, valores encarnados em pessoas, pessoas humildes e suas histórias de grande altura, histórias capazes de nos comover e interpelar, trazendo vontade de fazer parecido.

Em tempos de desmoralização é preciso asseverar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra designa: 1) um movimento organizado, uma instituição popular, esta sim tão golpeada em nossos dias; 2) um movimento cidadão, um movimento aguerrido de trabalhadores, não de criminosos; 3) um movimento reivindicatório, exigente de reforma agrária e não de arremedos, exigente de um direito e não de um favor. Tudo que só podemos compreender não por aparências mas por conversas com os seus militantes e por consideração de suas trajetórias.

O confinamento dos seis trabalhadores e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra caracteriza a persistência de prisões políticas no Brasil. A condenação judicial desrespeitou os direitos constitucionais dos réus. Nas semanas de novembro de 2000, o Tribunal de Justiça de São Paulo deveria ter analisado argumentos apresentados como apelação pelos advogados de defesa: são argumentos que demonstram as irregularidades cometidas durante o processo original. Mas nada ainda! Grupos poderosos estão mobilizados para transformar a campanha pela reforma agrária em caso de polícia. 

QUAL FOI A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO DO MILÊNIO?

Américo Sansigolo Kerr

Professor do Instituto de Física-USP

Marcos Nascimento Magalhães

Professor do Instituto de Matemática-USP



Após as eleições municipais de 2000, as oposições terão a oportunidade de mostrar que, além da ética e honestidade, têm propostas para transformar a realidade do país, começando com o espaço ao nosso redor. Se ficarem apenas na gerência bem comportada dos governos municipais, não contribuirão para a superação das dificuldades do Brasil

Tornou-se unanimidade a avaliação de que as oposições foram as grandes vencedoras das eleições de 2000. Dentre elas o destaque seria para o PT, conforme vários políticos governistas declararam, como por exemplo Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães.

Mas estarão os corações sentindo o que os olhos ainda não vêem? No fundo, observando-se simplesmente os resultados oferecidos pela **Tabela 1**, diríamos que a vitória pertence à direita governista articulada em torno de Fernando Henrique Cardoso. O coordenador político nacional do PSDB, Pimenta da Veiga, teria então razão quando cantou vitória, mesmo que trouxesse na face um inequívoco ar de derrota.

Dos 5559 municípios onde ocorreram eleições os governistas ganharam em 4291. A oposição, aceitando-se como tal o PDT e o PPS, elegeu prefeitos em apenas 775 cidades. Ou seja, os governistas fizeram 77% das prefeituras, contra apenas 14% da oposição.

Claro que há uma imprecisão grosseira neste tipo de comparação, uma vez que se igualam municípios com poucos milhares de habitantes a outros com centenas de milhares ou milhões. Mas mesmo quanto ao número de eleitores envolvidos, a oposição teve 30% de votos, menos que a metade dos 62% obtidos pelos governistas. Onde está a vitória da oposição? Teria a mídia algum interesse particular em “encher a bola” dos opositores?

Há mais de um aspecto a ser considerado. Começamos justa-

mente pela questão da mídia, ou seja, da visibilidade junto ao público. Não há dúvida de que o destaque que uma gestão pode alcançar é proporcional à importância do município. Neste caso, das 62 cidades onde era possível ocorrer 2º turno (capitais e outras cidades com mais de 200 mil habitantes), a oposição ganhou em 29, conforme indica a **Tabela 2**. Dos

O potencial multiplicador do “fator exposição de mídia” deixa a direita intranquã para as próximas eleições. Além disso, em 2002 as candidaturas terão dimensão estadual e nacional, penetrando nos rincões mais isolados

109,8 milhões de eleitores brasileiros, 33% residem nessas cidades e mais da metade, cerca de 18%, terá governos de oposição em 2001. Até agora esse percentual era de aproximadamente 8%. Além disso, dentre as 26 capitais de estado, o PT ganhou em 6, o PSB em 4 e o PDT em 2.

No que tange à exposição dada ao segundo turno, o resultado é ainda mais expressivo. Nas 31

cidades onde houve disputa, a oposição concorreu em 25 cidades distintas (em quatro delas a disputa era interna ao bloco), vencendo em 19 delas.

A vitória de maior dimensão, no balanço geral, foi no Estado de São Paulo, onde produz-se cerca de 40% do PIB brasileiro. O PT passou a ser o partido com maior votação, além de ter ganho na capital a prefeitura mais cobiçada do país. Mas outras tantas disputas destacaram-se por seus resultados surpreendentes. Em Porto Alegre o PT conseguiu a quarta vitória consecutiva, fato inédito em uma capital de estado brasileira. Também obteve reeleição em Belém e ganhou em Recife, onde as pesquisas de opinião no início do 1º turno davam apenas 4% de intenção de voto para o petista João Paulo. O PSB se reelegeu em Belo Horizonte.

Não seria exagero dizer que o tom de oposição saiu vencedor nessas eleições mesmo onde candidatos oposicionistas perderam. São exemplares os casos de Fortaleza e Curitiba onde, diante de vitórias dadas como certas, a direita passou maus bocados para vencer.

Mas a grande inquietude no coração dos conservadores tem origem no configurar-se de um novo quadro para as eleições de 2002. Nesse ano estarão em jogo a escolha do presidente do país, governos de estado, representação no Congresso Nacional e assembleias legislativas.

O potencial multiplicador que o “fator exposição de mídia” possibilita deixa a direita intranquã.

Mas esse não é o único elemento. Ocorre que em uma parcela grande dos municípios menores não havia candidatos da oposição. Portanto, essa população não teve a possibilidade plena de expressar sua opção eleitoral. Mas em 2002 as candidaturas terão dimensões estadual e nacional, penetrando nos rincões mais isolados nem que seja de forma capilar.

Por fim, outro tormento para os conservadores refere-se à qualidade da oposição que fortaleceu-se nestas eleições. Cada um dos partidos deste “ente oposição” tem característica política diversa e, também, apresentou desempenho eleitoral bastante diferenciado.

Olhando-se novamente a **Tabela 1**, na coluna que compara os anos de 1996 e 2000, vemos que entre os partidos maiores deste bloco quem cresceu foi o PT (70% em número de prefeituras e 51% em eleitores) e o PPS (403% em número de prefeituras e 607% em eleitores). Os demais decaíram, especialmente o PDT (-34% em número de prefeituras e -19% em eleitores). Em termos absolutos a grande votação foi no PT que obteve mais do que o dobro do segundo colocado, o PDT, e mais do que o triplo que o PPS.

O PPS é a corrente *light* originária da fragmentação do velho PCB. O que alavancou esse seu pico de crescimento relativo foi a entrada de Ciro Gomes, que encontrou nele uma legenda para sustentar sua candidatura à Presidência da República. Há dúvidas substanciais quanto ao caráter

oposicionista de Ciro Gomes. É histórica sua ligação com o PSDB, particularmente com Tasso Jereissati, outra possível candidatura à Presidência da República. Antevê-se que até 2002 haverá uma intensa simbiose nesta relação.

O traço oposicionista principal do PDT é o nacionalismo. Mas sua chama oposicionista, sustentada pelo brizolismo, perde dia a dia o

A cobertura da mídia aparentemente favorável às oposições reflete a necessidade de manter a ligação com seu público. A parcela da mídia que colocou em evidência as vitórias petistas o fez propagandeando o papel que ela pretende para o PT

vigor, fruto de um pragmatismo eleitoral mal sucedido e que enveredou por alguns acordos bastante desgastantes e questionáveis. O pior deles certamente foi o apoio que Brizola, então governador do Rio, emprestou a Collor de Melo quando esse estava sendo bombardeado pelo processo de *impeachment*.

O PT tem fortes bases no movimento social organizado — sin-

dicatos, MST e movimentos populares. Esses são elementos fundamentais na sustentação política do partido. Mas sua base eleitoral vai além deste limite. Para ele são canalizados os votos de quem deseja manifestar claramente um sentimento de oposição ao projeto neoliberal conduzido pela direita organizada em torno de Fernando Henrique Cardoso. Também recebe os votos de uma parcela mais moderada, mas que deseja golpear decididamente a conivência ou a prática de procedimentos corruptos na gestão pública do Estado brasileiro. Por fim há o voto de quem vê no PT a possibilidade de implantação de uma gestão pública participativa, com priorização das políticas sociais como educação e saúde.

O Partido dos Trabalhadores tem sido a principal força de oposição que vem crescendo progressivamente e cujo desempenho eleitoral não é mais passível de ser escondido. Como já analisamos, sua vitória não é mensurável diretamente pela crueza dos números mas se expressa no potencial que acumulou, capaz de projetá-lo nas eleições gerais de 2002. Fortalece-o, também, o fato de abrigar diversos nomes reconhecidos nacionalmente, e que partiriam de um patamar de votação significativo na disputa de cargos majoritários. Lula, em especial, tem estado na frente nas pesquisas de intenção de voto para presidente.

Um elemento novo nesta eleição foi a cobertura de imprensa aparentemente favorável às oposi-

ções ou, mais claramente, ao PT. Convém, portanto, analisar e interpretar tal fato. Ele contrasta com o tratamento geralmente hostil que é reservado a esse partido, fruto dos compromissos notoriamente conservadores que permeiam os meios de comunicação.

Em primeiro lugar, registre-se a necessidade que os meios de comunicação têm de manter a ligação com o seu público. Para boa parte deles, concentrados nos grandes centros urbanos, isso significa acompanhar as esperanças que a maioria do eleitorado acabou de depositar em um projeto político. Isso é simpático e atrai audiência. Estabelece uma ponte com o público cliente, sendo um elemento tático importante para dar base de apoio às críticas posteriores. Elas são razoavelmente previsíveis, frente aos compromissos ideológicos históricos que permeiam majoritariamente os meios de comunicação. Espera-se marcação cerrada sobre projetos que avancem na participação popular ou que sejam radicais na cobrança fiscal e no atendimento francamente prioritário das demandas sociais.

A parcela da grande mídia que colocou em evidência as vitórias petistas, na verdade o fez propagando o papel que pretende para esse partido. Atrélada que é a interesses de grandes grupos econômicos, nacionais e ou internacionais, seu sonho é ver um PT dócil, fazendo um discurso social mas de pouco resultado prático, pois sujeito ao pragmatismo de uma convivência pacífica com as

forças do capital. O referencial pretendido é a social-democracia européia. São ilustrativos, nesse sentido, alguns trechos de artigo de Otavio Frias Filho, editorialista e proprietário de um grande jornal (*Folha de S. Paulo*, 5/10/2000, p. A2):

Cor de rosa, lilás ou vermelho, de que cor é o PT afinal? Aliciamento e cooptação de lideranças são uma constante em sociedades baseadas na exploração de classe, mas isso não quer dizer que haja uma direção inexorável a ser seguida

“Demorou, mas as ‘elites’ começam a perceber que o verdadeiro partido da social-democracia brasileira não é aquele que ostenta esse nome e está no poder há sete anos, mas sim o PT”;

“O PT vem repetindo, com regularidade impressionante, o percurso da verdadeira matriz, a social-democracia européia. Esta começou como movimento operário no fim do século passa-

do, tornou-se radical e patrocinou confrontos até se integrar, desde a Primeira Guerra, ao sistema capitalista, criticando alguns de seus efeitos, não mais seus fundamentos”;

“Estamos assistindo, assim, à reprodução, com décadas de atraso, do cenário evolutivo da esquerda européia. Claro que a periferia apenas finge repetir o centro, pois a repetição, ocorrendo em condições diferentes, também se presta a outros usos, que nada têm a ver com o original. Em outras palavras, a social-democracia aqui não gorjeia como lá”;

“O novíssimo PT não veio para dividir, mas para somar, e as ‘elites’ já lhe dirigem lânguidos olhares de sereia.”

Não tem sido comum, nem mesmo para membros intelectualmente articulados da burguesia nacional, expressar-se de forma assim clara e sintética sobre o que vai pelos seus corações e mentes. Mas, como ressalta esse editorialista, “a social-democracia aqui não gorjeia como lá”. Mais que isso. A trajetória que ele descreve para o PT ainda é mero desejo, alimentado por semelhanças históricas com a evolução da social-democracia européia.

Se na composição do PT certamente há correntes de perfil so-

cial-democrata, também há expressivas tendências radicais de esquerda. E o partido abriga tal diversidade desde a sua fundação! Carregam na tinta rosa para falar sobre Marta Suplicy, mas ignoram o tom vermelho de Edmilson Rodrigues, prefeito reeleito de Belém, ou de Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul. A maior parte dos militantes do PT origina-se do movimento social organizado, são combativos mas não necessariamente têm um perfil ideológico bem definido.

O aliciamento, a sedução e a cooptação de lideranças políticas e do movimento social são uma constante dentro de sociedades baseadas na exploração de uma classe sobre outra. Mas isso não quer dizer que haja uma direção inexorável a ser seguida. Equivocaram-se Marx e Engels (Marx, K.; Engels, F., *Manifesto Comunista*, 1850) ao vaticinar ser inexorável o futuro socialista da sociedade. Erra a burguesia quando apresenta o capitalismo como “o fim da história” nas relações sociais.

O desenvolvimento das relações humanas é um processo dialético e conflituoso. Seu resultado depende da combinação de um sem número de fatores onde são fundamentais o estágio de organização e o acúmulo de forças conseguido pelos movimentos sociais. Até mesmo o imponderável vindo de alguma catástrofe natural pode ser determinante nos rumos que uma sociedade tome.

Mas serão sinceras essas loas da imprensa burguesa ao tom social-democrata dos programas de

governo petistas? Estaria a burguesia brasileira e o capital monopolista internacional dispostos a bancar programas de governo que patrocinem honestamente o bem estar da maioria de excluídos na sociedade brasileira? Estariam os enaltecidos do PT rosa concor-

O que caracteriza a maior parte da social-democracia europeia hoje não é a defesa do Welfare State, mas a função de mediadora dos interesses do capital. É isso que propõem ao PT: a domesticação do movimento social brasileiro

dando, então, com um salário mínimo que dê condições dignas de vida, com a reforma agrária, subsídio para os pequenos agricultores, serviços públicos gratuitos e de qualidade em áreas como educação e saúde? Quanto lhes custaria a efetiva implantação de uma política de desenvolvimento auto-sustentável, que não dilapidasse nossos recursos minerais, energéticos e outros tantos recursos naturais brasileiros?

Nada disso questiona formalmente o princípio da propriedade

privada dos meios de produção que determina o modelo capitalista. Mas afetaria sim, profundamente, a enorme margem de lucro que alimenta os interesses capitalistas no Brasil. O custo que representaria tal salto de qualidade de vida para a maioria da população contraria profundamente os interesses de uma burguesia, nativa ou importada, que no terceiro mundo ainda desfruta de privilégios medievais.

Para conseguirmos implantar efetivamente as políticas sociais que ainda sobrevivem em alguns estados social-democratas europeus, será necessário um esforço revolucionário. A maioria da população brasileira terá que se engajar em um grande processo de mobilização, contrapondo-se ao caráter fortemente reacionário do capitalismo brasileiro, profundamente subordinado aos interesses do capital monopolista internacional.

O que vem caracterizando a maior parte da social-democracia europeia hoje não é a defesa dos direitos sociais do *welfare state*, mas a sua função de mediadora dos interesses do capital junto aos movimentos sociais. É isso, ao que nos parece, que propõem que o PT importe para cá. Querem que ele assuma a domesticação do movimento social brasileiro.

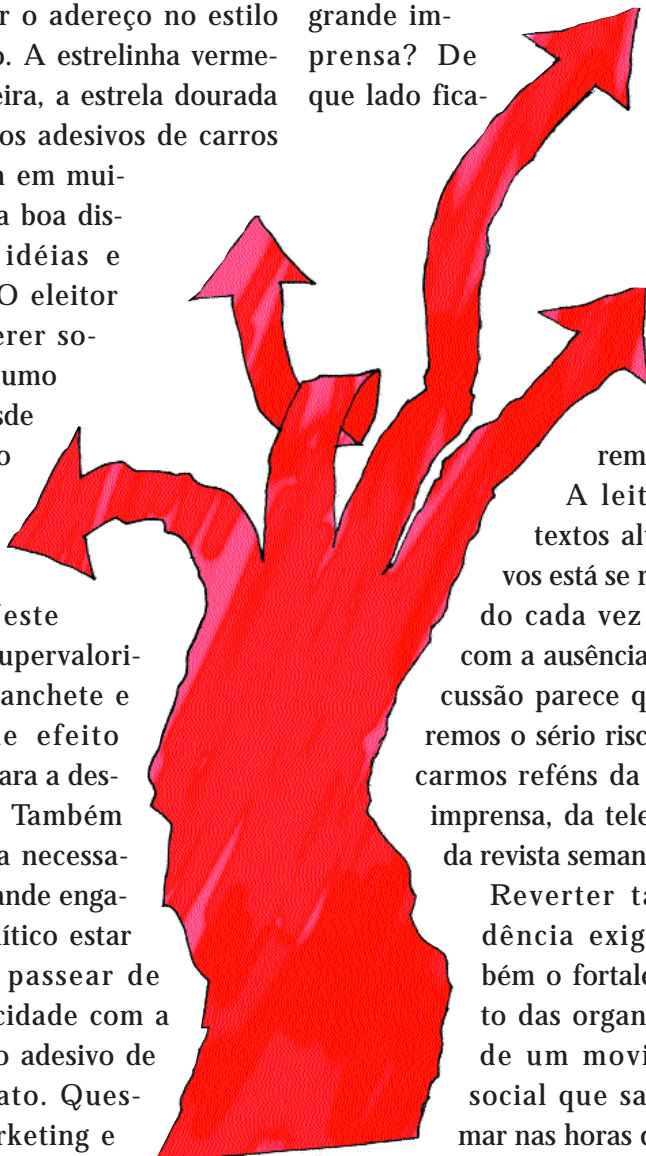
Esse processo dialético, conflituoso, está armado. Quem tem compromisso com a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa, deve comemorar o grande acúmulo de forças conseguido com essas eleições e que

pode preannunciar vitórias mais significativas nos próximos anos. Nesse sentido, precisamos dar atenção a uma crescente despoliticização dos processos eleitorais.

Exemplo disso ocorreu na cidade de São Paulo. A urna eletrônica tornou a eleição rápida. Mas, infelizmente, não foi só o ato de votar que foi sumariizado. A discussão eleitoral adquiriu o ritmo do e-mail e de toda a parafernália eletrônica dos tempos atuais. Quem viu ou solicitou do seu candidato o programa e as propostas? O material de campanha principal passou a ser o adereço no estilo carnavalesco. A estrelinha vermelha, a bandeira, a estrela dourada de xerife e os adesivos de carros substituíram em muitos lugares a boa discussão de idéias e propostas. O eleitor parecia querer somente o resumo de tudo, desde o horário eleitoral até o programa de governo. Neste sentido, a supervalorização da manchete e da frase de efeito contribuiu para a despoliticização. Também não significa necessariamente grande engajamento político estar disposto a passear de carro pela cidade com a bandeira e o adesivo de seu candidato. Questões de marketing e

propaganda são importantes, mas numa cidade como São Paulo qualquer mudança social relevante será disputada e precisa acima de tudo de um profundo e amplo debate político.

Pois bem, ganhou uma candidata de esquerda que a direita e a grande imprensa querem que passe a ser de centro-esquerda e de preferência brigue muito com o partido. Mas propostas do PT para a cidade precisarão mais do que os votos que receberam das urnas. Interesses serão contrariados e de que lado ficará a grande imprensa? De que lado fica-



remos nós? A leitura de textos alternativos está se reduzindo cada vez mais e com a ausência de discussão parece que corremos o sério risco de ficarmos reféns da grande imprensa, da televisão e da revista semanal!

Reverter tal tendência exige também o fortalecimento das organizações de um movimento social que saiba somar nas horas devidas,

mas mantendo autonomia em relação ao poder estatal, partidos e religiões.

É claro, por fim, que estamos diante de um momento em que as oposições terão a oportunidade de mostrar que, além da ética e honestidade, têm propostas para transformar a realidade do país, começando com o espaço ao nosso redor.

Se ficarem apenas na gerência bem comportada dos governos municipais poderão até receber boa aprovação e serem reeleitos, mas não contribuirão para a superação das dificuldades do nosso país. A maior parte dos nossos problemas tem raízes na opção de política econômica e social do governo federal. Dessa forma, projetos municipais têm que se contrapor às intenções federais de desobrigação do estado e propiciar uma discussão no município que conduza à ampla politização. Grandes mudanças nas cidades dependem, cada vez mais, da intervenção federal, pois o modelo econômico hegemônico não tem seus reflexos no país em abstrato mas sim nas cidades e, em especial, nas grandes capitais.

É importante não desprezar que, para o governo federal, prefeitos honestos que amenizem a crise social são elementos importantes para consolidar o modelo neoliberal em curso. Atenuar crises e evitar explosões de uma massa de miseráveis faz parte das tarefas atribuídas aos prefeitos progressistas. A questão é saber se além disso eles contribuirão para a efetiva modificação das causas de toda essa infelicidade. RA

TABELA 1

ELEIÇÕES PARA PREFEITO - 2000

DADOS FINAIS E COMPARAÇÃO COM 1996¹

Partidos	Prefeitos eleitos					Votos recebidos para prefeito no 1º turno				
	Valor Absoluto		Valor Relativo ao total de prefeituras		Varição 2000/1996 (%)	Valor Absoluto (milhões de votos)		Valor Relativo ao total de votos válidos		Varição 2000/1996 (%)
Ano	1996	2000	1996	2000	(%)	1996	2000	1996	2000	(%)
Governistas										
PSDB	921	990	17%	18%	7,5%	13,1	13,5	18%	16%	3,5%
PMDB	1.295	1.257	24%	23%	-2,9%	12,7	13,3	17%	16%	4,3%
PFL	934	1.028	17%	18%	10%	10,1	13,0	14%	15%	29%
PPB	625	618	12%	11%	-1,1%	9,8	6,8	13%	8,1%	-30%
PTB	382	398	7,1%	7,2%	4,2%	4,4	5,8	5,9%	6,9%	33%
subtotal	4.157	4.291	77%	77%	3,2%	50,0	52,4	67%	62%	4,8%
Oposição										
PT	110	187	2,0%	3,4%	70%	7,9	11,9	11%	14%	51%
PDT	436	288	8,1%	5,2%	-34%	7,0	5,6	9,4%	6,6%	-19%
PSB	150	133	2,8%	2,4%	-11%	2,8	3,9	3,8%	4,6%	37%
PPS	33	166	0,6%	3,0%	403%	0,5	3,5	0,7%	4,2%	607%
PC do B	0	1	0,0%	0,02%	—	0,2	0,4	0,3%	0,5%	100%
subtotal	729	775	14%	14%	6,3%	18,4	25,3	25%	30%	38%
Outros										
PL	222	234	4,1%	4,2%	5,4%	2,0	2,5	2,7%	3,0%	29%
PSD	116	111	2,2%	2,0%	-4,3%	1,2	1,3	1,6%	1,5%	9,3%
pequenos ²	154	148	2,9%	2,7%	-3,9%	2,6	3,0	3,6%	3,6%	15%
subtotal	492	493	9%	9%	0,2%	5,8	6,8	8%	8%	17,2%
Total³	5.378	5.559	100%	100%	3,4%	74,1	84,5	100%	100%	14%

Obs. 1: os números para 2000 se referem à totalização de 100% dos votos na eleição do primeiro turno para as 5.559 prefeituras.

Para o número de prefeituras conquistadas, considerou-se os resultados do 1º e do 2º turnos.

Obs. 2: os partidos pequenos são os seguintes: PSC, PRP, PMN, PSL, PV, Prona, PT do B, PST, PSDC, PSTU, PSN, PRN, PTN, PRTB, PAN, PCB, PGT, PHS e PCO.

Obs. 3: o número total de eleitores do Brasil é 109.826.263

TABELA 2

RESUMO DA ELEIÇÃO EM 62 CIDADES*

(ELEITORADO EM MILHÕES)

Partido	Eleições 1996		Eleições 2000	
	Cidades	Eleitorado (base 2000)	Cidades	Eleitorado (base 2000)
Governistas				
PSDB	14	4,57	12	3,57
PMDB	13	4,60	10	4,06
PFL	6	7,91	4	2,85
PPB	4	1,49	2	0,56
PTB	2	0,54	3	4,89
subtotal	39	19,11	31	15,93
Oposição				
PT	5	2,69	17	14,42
PDT	7	2,31	4	1,32
PSB	5	2,88	4	2,48
PPS	1	0,44	3	0,91
PC do B	0	0	1	0,26
subtotal	18	8,33	29	19,39
Outros				
PL	2	0,96	1	0,76
PV	1	0,55	0	0
PTN	1	7,13	0	0
PSC	1	0,32	1	0,32
subtotal	5	8,96	2	1,08
TOTAL	62	36,40	62	36,40

* 26 capitais e todas as cidades com mais de 200 mil eleitores no país

Fonte de ambas as tabelas: Página de Fernando Rodrigues, no site UOL na Internet, credenciado pelo TSE para fornecer resultados das eleições (atualizado em 28/11/2000). Os dados de 1996 são baseados no livro "Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)". Os dados de 2000 foram extraídos do TSE.

Cartas

“Seriedade”

À Revista Adusp,
Agradecemos o envio da edição nº 20 (setembro) da Revista Adusp, que contém entrevista com a deputada federal Luiza Erundina. A seriedade e objetividade do conteúdo das matérias desta revista refletem sempre a grandeza da USP e de seu corpo docente.

Cordialmente,
Assessoria de Imprensa - Campanha Luiza Erundina
São Paulo-SP

“Grande valia”

Ficariamos agradecidos se nos fosse enviada a Revista Adusp. Ela será de grande valia para os alunos e professores desta Faculdade.

Professora Liomar Maria de Souza
Coordenadora dos Cursos de Especialização
Faculdades Integradas Maria Imaculada
Mogi Guaçu-SP

CORREÇÕES DA EDIÇÃO 20

Pedimos desculpas ao professor **Paulo Eduardo Mangeon Elias**, membro do Conselho Editorial, por vir grafando erradamente o seu nome. Na edição anterior, este erro ocorreu no expediente e nas páginas 38, 39 (legenda) e 45.

Na p. 35, em legenda fotográfica, ao invés de “Lizete” leia-se Lisete Arelaro. Na p. 71, ao invés de “Erminia” leia-se Erminia Maricato.

Na reportagem “Municipalização agrava crise do ensino”, página 34, item 5, está dito que “40% dos recursos do Fundef” deveriam ser aplicados na valorização do magistério. O percentual correto é 60% dos recursos.

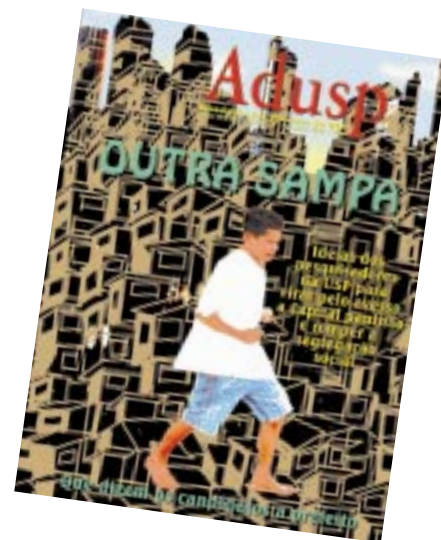
Embora somente Jô Amado, autor da reportagem sobre o transporte coletivo, tenha sido identificado como jornalista, também são

jornalistas os seguintes autores de textos do “Dossiê São Paulo”: Hamilton Octavio de Souza, Elizabeth Lorenzotti, Rita Freire, Alice Castanheira e Pedro Estevam da Rocha Pomar. Almir Teixeira e Antonio Biondi são estudantes de jornalismo.

O texto “Calvário hospitalar” (p. 41) é de autoria de Alice Castanheira; o texto “Pedestres têm vez?” (p. 51) é de Jô Amado; o texto “Calçadas para o convívio social” (p. 73) é de Almir Teixeira.

A fotografia dos pesquisadores do Labur (FFLCH), à p. 70, bem como as fotografias de Luiza Erundina (p. 74) e Marta Suplicy (p. 89) são de autoria de Daniel Garcia.

As fotografias de Fábio Bosco (p. 84) e Marcos Cintra (p. 94) são de autoria de Carlos Geller.



A fotografia de Romeu Tuma (p. 89) é de autoria de Milton Michida (Agência Estado).

A imagem publicada na p. 46 é um trabalho gráfico de Luís Ricardo Câmara, sobre fotografia de Daniel Garcia. As imagens das p. 25 e 56 são trabalhos gráficos de Luís Ricardo Câmara sobre fotografias da Agência Estado.

Entre na Internet para conhecer
a edição eletrônica da Revista Adusp.
Este número e todos os anteriores
estão disponíveis na íntegra no site
www.adusp.org.br

Adusp